

Distr.
RESTRINGIDA

E/CEPAL/SEM.10/R.12
12 de septiembre de 1983

ORIGINAL: PORTUGUES

C E P A L

Comisión Económica para América Latina

Seminario sobre Cambios Recientes en las
Estructuras y Estratificación Sociales
en América Latina. Análisis Comparativo
de Países y Perspectivas Regionales en
los '80.

Santiago de Chile, 12 al 15 de septiembre de 1983



NOVAS ESTRUTURAS SOCIAIS E NOVAS FORMAS DE
ORGANIZACAO NO BRASIL CONTEMPORANEO

El presente trabajo ha sido preparado por el señor Claudio de Moura Castro y otros. Las opiniones expresadas en este documento son de la exclusiva responsabilidad de sus autores y pueden no coincidir con las de la Organización.

83-9-1568

NOVAS ESTRUTURAS SOCIAIS E NOVAS FORMAS DE
ORGANIZAÇÃO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Cláudio de Moura Castro (organizador)
Divonzir Arthur Gusso
José Carlos P. Peliano
Leandro Amaral Lopes
Maria Elizabeth Diniz Barros
Nair Heloisa Bicalho de Souza
Ronaldo Coutinho Garcia
Ruy de Quadros Carvalho
Paulo Couto Teixeira(*)

Há um grande número de instituições e grupos sociais já bastante estudados no Brasil. Nele se concentraram, por várias décadas, a atenção de nossos melhores pesquisadores e ensaístas. Não obstante, a grande plasticidade e dinâmica da sociedade brasileira vem criando novas estruturas e novas formas de organização que por serem muito recentes ou por terem uma dimensão quantitativa ainda restrita, não vêm merecendo suficiente atenção.

O presente trabalho, consiste em identificar esses embriões de novos grupos ou novas organizações, tratando de descrevê-los como seja possível no momento. Alguns emergem como grupos já importantes ao se processar grandes massas de dados como os Censos. Outros, numericamente diminutos, se deixam conhecer por métodos mais casuais. Alguns poderão se constituir em forças importantes na sociedade brasileira. Outros serão rebates falsos ou becos sem saída, regredindo de novo ao anonimato.

(*) Embora os autores pertençam ao CNRH/IPEA, as opiniões aqui expressas não representam posições oficiais da instituição.

Cumpre advertir sobre o caráter exploratório das análises aqui apresentadas. Julgamos que apesar da pouca confiança que temos nos dados e interpretações, ainda assim vale a pena discutí-los em público.

Embora o trabalho seja de responsabilidade conjunta, os ensaios foram produzidos individualmente (como identificado por nota de rodapé). Apesar da tentativa de se chegar a um consenso, é inevitável que não haja total acordo com relação a muitas questões, dada a natureza do tema.

Não é objetivo do ensaio acertar no que virá a ser importante, mas sim identificar candidatos com algum potencial de ter relevância no futuro. Não se trata de estabelecer por métodos indisputáveis a dimensão quantitativa e o perfil deste ou daquele grupo, mas sim de detectar a sua existência e traçar os seus contornos, como quer que seja possível.

O ensaio focaliza dois tipos de estruturas sociais. Analisamos novos grupos sociais que emergem como tal, com identidade de objetivos, compartilhando modos de produção equivalentes e até o mesmo espaço físico. Além disso, examinamos novas formas associativas. Serão aí tratadas associações voluntárias dentre pessoas que compartilham de algum interesse comum. São freqüentemente associações de defesa ou de ataque a algum tema. Representam um esforço voluntário de associação, ao contrário do caso anterior, que reflete uma identidade de estilos de vida ou de modo de produção.

I. Os novos Grupos Sociais

O cenário do Brasil de hoje nos apresenta alguns novos grupos sociais que vêm passando despercebidos, ou pelo menos são mal estudados. Adiante apresentamos alguns exemplos de tais grupos, obviamente, sem preocupação de ser exaustivos.

A. O PEQUENO PRODUTOR CAPITALISTA*

O sentido do desenvolvimento recente da agricultura deve ser buscado nas transformações mais globais acontecidas no conjunto da economia nacional. Nos últimos trinta anos processou-se a industrialização pesada, com a implantação dos setores produtores de bens de capital e operou-se a oligopolização da economia, com grande presença do capital internacional.

Foi no bojo de todo este movimento que se conformou o estilo de desenvolvimento agrícola hoje dominante, que pode ser definido sinteticamente como sendo o da modernização conservadora. Este se traduz no esforço em transformar os latifúndios improdutivos e ineficientes em grandes e modernas empresas capitalistas, fundadas no trabalho assalariado e no uso de sofisticada tecnologia. Para tanto instituiu-se uma política agrícola, cujos principais instrumentos foram o crédito farto e altamente subsidiado e a importação, adaptação e geração de tecnologias centradas em máquinas e insumos químicos. Assim, procurava-se estruturar a agricultura nas mesmas bases da indústria, ou seja, dominada pela grande empresa**.

Os latifúndios modernizados e as novas empresas constituídas a partir desta política iriam se situar nos ramos da produção onde os preços dos produtos, por motivos diversos, eram remuneradores e onde a tecnologia era mais desenvolvida, permitindo maior domínio da natureza e maior produtividade - principalmente produtos de exportação e matérias-primas agroindustriais.

Todavia, muitas das empresas rurais surgidas no período, não eram empreendimentos produtivos, mas investimentos especulativos, onde a terra e benfeitorias funcionavam como reserva de valor, diante de elevadas taxas de inflação e por conta da inexistência de um mercado de capitais organizado e rentável. Também por esta época - meados dos anos 60 até final da década passada - a pecuária bovina extensiva irá conhecer grande expansão, em parte pelos mesmos motivos acima apontados e em parte por ser uma atividade mais fácil de ser administrada e por ser um meio eficiente (e ainda lucrativo) de assegurar a propriedade de grandes extensões de terra.

Até aqui nos referimos ao topo da estrutura agrária brasileira. Mas é na sua base que se encontra um enorme número de

* Ronaldo C. Garcia.

** Ver a respeito, Ronaldo Coutinho Garcia - "As Relações Agricultura-Indústria e as Transformações no Processo de Trabalho"; FGV/CPDA, Rio de Janeiro, 1977.

pequenos produtores - pequenos proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários - que absorvem a grande maioria da população rural e são responsáveis pela maior parte da produção de alimentos básicos e de matérias-primas para diversos setores industriais.

Este enorme contingente de pequenos produtores (o campesinato) evidentemente não ficará infenso ao processo de transformação do conjunto da agricultura. As consequências de tal processo sobre o campesinato se manifestará através de uma acelerada diferenciação social, que terá dois sentidos claros. Uma diferenciação para baixo, decorrente de concentração da terra e dos meios de produção pela grande empresa, resultando na proletarianização dos pequenos produtores. E uma diferenciação para cima, fazendo surgir um campesinato mais abastado*.

O sentido descendente é o dominante, na medida em que atinge um número crescente de camponeses. Mas a diferenciação para cima, mesmo alcançando uma parte menor do campesinato é significativa, pois resulta em um tipo de exploração agrícola altamente produtiva e eficiente. Vejamos então, mais de perto, como se dá a formação deste campesinato rico, também chamado de pequeno produtor tecnificado.

Inicialmente, é necessário distingui-lo de um outro produtor capitalizado, porém tradicional. Referimo-nos aqui ao hortifrutigrangeiro, geralmente localizado nos cinturões verdes das grandes e médias cidades. Estes, apesar de explorarem glebas pequenas, quase sempre são empresas capitalistas, utilizando-se de modo intensivo o capital e o trabalho assalariado. Não se constituem em uma "novidade" social.

Já o pequeno produtor tecnificado "novo", via de regra está associado a culturas que também são novas, isto é, foram introduzidas recentemente na agricultura brasileira, ou a culturas cuja forma de exploração foi profundamente alterada, quase sempre por conta de uma estreita articulação com a indústria.

O primeiro caso é representado pelos pequenos produtores de soja, trigo, centeio, aveia, girassol, arroz irrigado, entre outros. No segundo caso encontram-se os produtores tecnificados de milho, de fumo, de uvas, de frutas e legumes para conserva, de laranja, de cana de açúcar, além de outras culturas**.

* Este processo já foi objeto de diversas análises, entre outras em L. Medeiros, L. Stein e R.C. Garcia "As Novas Formas de Trabalho Assalariado e as Transformações da Agricultura Brasileira" - BOLETIM da ABRA, abril/junho/1978.

** Cj. Bernardo Sorj - Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira, (Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1982).

O processo de diferenciação para cima incorpora produtores com características bem definidas. São aqueles que possuem terras (na imensa maioria são proprietários e não arrendatários ou parceiros) de boa qualidade, com tamanho não muito pequeno, bem situados com respeito aos mercados e malha viária e em regiões não sujeitas a freqüentes intempéries climáticas. Nestas condições, além de se apropriarem de uma renda diferencial por conta da maior produtividade do solo, podem fazer uso do crédito rural oferecendo garantias reais aos bancos, apropriando-se assim dos subsídios. Por terem terras suficientes e acesso ao crédito, podem também incorporar a tecnologia mais moderna, elevando sua produção e suas rendas*.

Normalmente esta fração do campesinato está localizada em regiões onde sua densidade espacial é considerável, o que facilita a assistência técnica e a extensão rural, além de tornar menos custosa a implantação de infra-estrutura (energia, comunicações, estradas, armazenagem) e dos demais serviços de apoio à produção e ao produtor (saúde, saneamento, educação) quando estes já não estão presentes.

Um elemento de grande importância a viabilizar e acelerar a diferenciação para cima tem sido a cooperativa. Esta organização, ainda que acentue a diferenciação entre seus associados, imprime maior racionalidade, eficiência e competitividade aos produtores organizados. Realizando compras centralizadas de insumos, planejando a produção e vendendo concentradamente o produto de seus integrantes, a cooperativa aparece no mercado como uma grande empresa comercial, ao mesmo nível das demais empresas que hoje dominam a economia brasileira**.

A cooperativa tem sido também um catalizador na difusão de tecnologia sofisticadas entre os camponeses mais ricos. E por internalizar a assistência técnica, o crédito rural e por verticalizar a transformação agroindustrial, imprime ao desenvolvimento agrícola o mesmo estilo vigente na grande agricultura empresarial. Isto significa aumentar a competição entre os associados e em consequência a própria diferenciação, seja para cima, seja para baixo***.

* A propósito ver "Os Resultados da Modernização Agrícola" de Angela Kageyama e J. Graziano da Silva, Campinas, 1983. mimeo.

** Ver a respeito M. Rita Loureiro (org) Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil (São Paulo: Cortez, 1982).

*** Ver Telmo Rudi Frantz, Cooperativismo Empresarial e Desenvolvimento Agrícola (Ijuí-RS, FIDENE/COTRIJUI, 1982).

Entre os traços característicos do pequeno produtor tecnificado podem ser destacados, além de um maior uso de insumos modernos, a utilização intensiva do crédito bancário, as relações estreitas com os organismos de assistência técnica e extensão rural, os hábitos de consumo assemelhados aos das classes médias urbanas. Igualmente digno de realce é o fato de serem portadores de razoável nível de informações sobre inovações tecnológicas, sobre as condições de mercado e sobre as diversas medidas de política agrícola.

O campesinato tecnificado e abastado já possui um nível considerável de mobilização e organização para a defesa de seus interesses. Bastante reivindicativa, esta categoria social tem conduzido pressões eficientes sobre o governo e arrancado importantes concessões, principalmente no que se refere a preços agrícolas, volume de créditos e níveis de subsídios*.

Por último, para ficar nos principais aspectos do fenômeno em análise, parece ser interessante tecer alguns comentários sobre a sua dinâmica espacial. Isto porque dada a diversidade sócio-econômico-ecológica da agricultura brasileira e a desigualdade de nos ritmos e nos estágios do desenvolvimento das muitas regiões brasileiras, este processo acaba tendo rabatimentos regionais distintos.

A região sul (e em menor grau a região sudeste) do país é, talvez, o habitat por excelência da pequena produção tecnificada. Ali, estiveram e estão presentes todas as condições - tratadas mais acima - que possibilitam o surgimento desta categoria de produtores. É nesta região, todavia, que o processo de diferenciação se torna mais evidente. Coadjuvando o processo de concentração e centralização capitalista, a diferenciação do campesinato no Brasil meridional se manifesta com veemência em suas duas resultantes: o camponês abastado e tecnificado e o camponês em proletarianização. A última resultante fez com que o número de trabalhadores assalariados temporários - os bóias-frias - tenha se elevado assustadoramente na década passada. A migração rural nesta região tem alcançado volumes sem precedentes.

Já na região nordeste, predomina a diferenciação para baixo com acentuada proletarianização da massa camponesa, diante do avanço do latifúndio e das empresas modernizadas. Em menor grau, dada a baixa densidade demográfica, o mesmo sucede na região amazônica. Nesta, no entanto, tem acontecido a expansão (em taxas bem menores do que as registradas historicamente) do campesinato tradicional, ou seja, aquele que utilizando-se basicamente de fertilidade do solo e da mão-de-obra familiar, visa, prioritariamente,

* Ver José Vicente T. dos Santos "Movimentos Camponeses no Sul: Produto e Terra (1978-1981)" in Boletim da ABRA, (maio/junho de 1982).

te a sua própria subsistência. São migrantes, expulsos de outras regiões do país onde a concentração capitalista e a diferenciação camponesa tem gerado intensos fluxos migratórios.

A região centro-oeste (fronteira agrícola em expansão) do Brasil tem recebido um contingente considerável de imigrantes, na maioria vinda da região sul. São camponeses médios que detendo algum capital, buscam terras novas onde apropriando-se de extensões maiores que seus minifúndios de origem buscam ascender na escala social. No centro-oeste atualmente se presencia um razoável crescimento da categoria dos pequenos produtores tecnificados. No entanto, esta mesma região vive, na atualidade, uma expansão da empresa capitalista (lavouras e pecuária), indicando que num futuro próximo, a concorrência pelas melhores terras entre estas duas formas de produção será inevitável. A se manterem as tendências vigentes, presenciaremos a hegemonia da grande empresa.

B. OPERÁRIOS DA ENTRESSAFRA: RURALURBANOS?^{*}

1. Introdução

Neste ensaio pretende-se chamar a atenção sobre um aspecto, senão pouco conhecido, pelo menos escassamente tratado nas análises sociais, as oportunidades sociais dos jovens rurais em seu meio e em face da intensa urbanização.

Com efeito, nos últimos anos, principalmente diante da intensificação deste processo e da maior disponibilidade de dados do Censo de 1970 e das PNAD, multiplicaram-se os estudos sobre as estruturas urbanas, o processo urbanizatório, as migrações, o emprego e a renda do trabalhador urbano e, em menor medida, do trabalhador rural.

Num primeiro momento, foram exaustivamente exploradas as condições de vida do migrante nas áreas urbanas e metropolitanas. Seja com o apoio de teorias funcionalistas ou estruturais, ou ainda com modelos "duais" de mercado de trabalho, predominaram as preocupações com o modo segundo o qual o migrante rural se insere ou, de algum modo, permanece e se integra à vida urbana.

Logo, diante dos impasses encontrados, deslocou-se o centro das análises para saber de onde, porque e como a população rural se lança à migração. De par com os estudos sobre o papel da agricultura no processo de desenvolvimento e de seus desequilíbrios estruturais, foram cuidadosamente estudadas as pressões que se desencadeiam sobre os pequenos produtores rurais e sobre os trabalhadores dependentes, levando-os a buscar novas oportunidades de sobrevivência na cidade.

Em todos os casos, porém, a perspectiva de estudo e a identificação do sujeito do processo fixaram-se nos indivíduos ou famílias que abandonam o campo e intencionam permanecer nas cidades. Há apenas esparsas referências ao caso em que ir à cidade é um ciclo temporário ou, ainda, determinado por alguma característica sazonal. E este é um aspecto a ser enfatizado; seja por conter a possibilidade de se estar constituindo um grupo social "híbrido" (meio-urbano, meio-rural), seja por revelar um novo grau de intensificação da incapacidade de a cidade absorver, de modo permanente e contínuo, a força de trabalho que a ela acode.

2. O Contexto do Problema

Não é necessário aqui mais do que resumir algumas evidências principais da abundante safra de pesquisas sobre os temas anteriormente mencionados. Embora tenham conduzido a achados

^{*} Divonzir Arthur Gusso

originais, mesmo nas interpretações de maior folego sobre a natureza do desenvolvimento brasileiro, nos anos mais recentes, seus traços gerais são razoavelmente conhecidos.

Em primeiro lugar, vale lembrar que o ritmo de urbanização da década dos setenta foi mais intenso do que nos decênios anteriores. E que, conquanto altamente concentrado, em São Paulo principalmente, esse processo modificou notavelmente as principais capitais de estado e cidades de porte médio. Quanto à estrutura de urbanização, mostrou-se que, ao contrário de outros países latinoamericanos, o Brasil não acentua o fenômeno da "primazia" (uma ou poucas cidades dominantes) e apresenta um certo espalhamento de cidades com grau mais elevado de crescimento, em sua ampla extensão territorial.

Por outro lado, esta mesma intensidade de ritmo, acompanhando um período de expansão e diversificação econômica muito acelerada, propiciou condições - obviamente não satisfatórias - de absorção de grande parte do afluxo de migrantes na força de trabalho. Deve-se mencionar que o próprio crescimento demográfico urbano teria gerado condições de expansão não só do "terciário" como da própria construção civil (via programas habitacionais, de saneamento e de infra-estruturas urbanas), através das chamadas "economias de aglomeração".

São também copiosos os estudos sobre o "setor informal" e sobre as condições de sub-emprego. E ainda que se discorde de muitos de seus pressupostos e conclusões, não é possível desconhecer dois achados empíricos interessantes, nessa massa de informações. O primeiro é o de que, para grande parte da população pobre, apenas existem ocupações intermitentes, de baixa remuneração, permitindo manter uma larga faixa de oferta em condições de baixa produtividade e baixo preço. O outro, é o de que não só famílias formalmente aparentadas, mas grupos de não-aparentados podem constituir unidades, mais ou menos coesas, para assegurar-se de uma "escala" mínima de força de trabalho, de orçamento doméstico e de apoio mútuo, configurando algumas "estratégias de sobrevivência" próprias destes grupos.

Esta seria uma economia "paralela", mas estruturalmente interdependente da que se vem chamando de setor formal. E com ela se engendram formas superestruturais peculiares deste estilo de desenvolvimento. Tanto ao nível das relações sociais, como de sua integração política e cultural.

O próprio fato de que esses grupos adicionados às populações urbanas se tenham aglomerado em espaços "periféricos", reproduzindo na cidade a "questão agrária", expressa numa contínua luta pelo espaço, propicia estas condições peculiares de organização sócio-política e de identificação cultural. Há "círculos de giz" demarcando a sua área de sobrevivência.

É claro que, ao longo do tempo, elas se tornam arraigadamente urbanas. Mas com um caráter muito próprio destas novas cidades "inchadas" e pouco integradas. E aí surgem comportamentos que mesclam traços da cultura rural subordinante, com laivos da independência incompleta do trabalhador urbano.

De outro lado, as condições de trabalho no campo que já eram difíceis, tenderam a agravar-se, com a modernização agrícola, com a penetração de formas propriamente capitalistas de relações produtivas e, notadamente, com um estilo de capitalização que reduz fortemente, tanto as possibilidades de sobrevivência da pequena propriedade, como de utilização das amplas disponibilidades de mão-de-obra, como assalariados rurais.

Expandindo-se em todas as direções as fronteiras agrícolas, encurtam-se as distâncias físicas e sociais entre o campo e a cidade. Não são áreas rurais de pequena produção de sobrevivência, como de produção empresarial que utiliza apenas sazonalmente as reservas de trabalho tornam-se "próximas" de centros de aglomeração urbana, quer pela contiguidade, quer pelo adensamento da malha rodoviária e dos transportes interurbanos e interestaduais.

Já se chamou a atenção para o fato de que o esgotamento da ocupação de novas áreas tem se dado em velocidade ainda maior do que nas décadas de vinte a sessenta. E isto sem dúvida aumenta esta contiguidade.

3. A emergência do Operário da Entressafra

A medida em que se dão estas condições e no momento em que a economia como um todo entra em rota recessiva, reduzem-se as possibilidades de manter aquela capacidade de absorção urbana dos enfeitados rurais. Nem mesmo dá para repartir as oportunidades de trabalho entre os membros das unidades de sobrevivência que pretendem continuar na cidade. E isto já havia sido notado, enquanto origem do fenômeno, entre famílias de trabalhadores pobres, em várias cidades do Nordeste. Em termos econômicos, ele pode ser expresso do seguinte modo: "não há como pressupor que a soma dos salários individuais pagos aos trabalhadores sempre corresponda ao custo de reprodução da força de trabalho"; em consequência, a diferença entre aquela e este "é coberta (...)" seja pela extensão da jornada de trabalho do trabalhador individual, seja pela socialização, ao nível da família, dos custos de reprodução".*

Não sendo possível ou reduzindo-se a viabilidade dessa socialização, talvez a saída esteja em manter-se no campo, quando necessário e possível e vir à cidade, quando esta puder oferecer um ganho temporário pelo menos. Algumas entrevistas com estes tipos de trabalhadores mostram como não tem intenção de encontrar uma ocupação específica que os vincule à cidade, mas apenas a uma atividade que gere um ganho certo: "se a pessoa não quiser escolher emprego, é fácil arranjar colocação: servente de pedreiro, chapa (estiva) vigia, caseiro...". Esta situação, conclui uma pesquisa, "persiste na medida em que se dá a fragmentação da família, com a migração de alguns membros produtivos e a permanência de outros na economia de subsistência"**.

* LETTE LOPES, S. Santos - Mudança Social no Nordeste: A Reprodução da Subordinação; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. pg 11.

** DURIAN, Eunice - A Caminho da Cidade, S. Paulo, Perspectiva, 1973 p.150/153.

Não são migrantes, pelo menos naquele sentido usual dos grupos que abandonam o campo para viver na cidade; vêm com a intenção de ficar, não importando que não consigam estabilizar-se. Tampouco serão assimilados ao "tipo puro" do trabalhador temporário, que permanece no campo - em atividade de subsistência - quando não está sendo utilizado nas unidades produtivas de mercado.

A contiguidade das áreas rurais mais pobres e de áreas urbanas afluentes cria um cenário propício à alternância entre o sub-emprego rural e o sub-emprego urbano. E poderá estar implicando em fenômenos sociais bem interessantes.

Mesmo sub-empregado, o trabalhador rural - identidade básica - consegue uma colocação urbana "com carteira assinada" (e eles fazem questão disso), adquirem hábitos e comportamentos próprios do operário de construção, do biscateiro, do servente doméstico, enquanto perdem pouco de sua constituição de origem. São trabalhadores jovens; o que implica em não serem "possuidores" (a qualquer título) de um "pedaço de chão". Esta é uma característica do pai de família, que está há longo tempo em atividade. Mas sentem-se no dever de "ajudar o velho" quando surgem oportunidades de ativar a roça ou de juntar-se aos de mais trabalhadores temporários da sua região familiar.

Sua pouca ou nenhuma instrução - a mesma de seus colegas permanentemente urbanos - não o impede de assimilar atitudes, gostos, modos de falar, formas de lazer e mesmo idéias policas e sociais tipicamente urbanas. E presumivelmente, isto não acarreta uma desaculturação; seus traços de origem permanecem nítidos e inconfundíveis.

E daí?, pode-se perguntar. Daí que, ao mesmo tempo em que são grandes contingentes "temporariamente urbanos", não incorporados pela organização social e pelas atividades econômicas mais dinâmicas, podem constituir ou vir a constituir, ou um desempregado definitivamente urbano (se ficar quando deveria estar voltando) ou um elemento de diferentes potenciais no meio rural.

Parece que há uma subjacente consciência neste trabalhador - diversa daquela do migrante - a respeito das dificuldades do mercado urbano de trabalho. E sua própria experiência de emprego o ajuda a consolidá-la. E, ainda, uma preferência pela vida rural; as facilidades urbanas são desfrutadas mas não o seduzem totalmente.

Se a permanência no campo, mesmo temporária, se tornar de todo inviável, sua experiência urbana será suficiente pára tornar menos difícil sua nova condição de migrante? Ou faltaão meios adicionais de apoio (escolarização, treinamento profissional, sindicalização, ou sei lá o quê) para melhorar este seu "equipamento"?

Se a permanência no campo deixar de ser apenas temporária, que consequências trará, para seu novo posicionamento, o

fato de já ter sido "fichado", ter recebido seus "direitos" (férias, FGTS, 13º e aviso prévio), ter trabalhado por um salário mínimo ou mais e de haver adquirido hábitos de consumo que terão que ser satisfeitos?

Há uma "educação" implícita em sua condição de en tressafra que pode ter um caráter incremental. Ele jamais volta rá a ser um volante submisso que retorna ao minifúndio quando a cabam as tarefas empreitadas pelo patrão. Mas poderá vir a ser um operário, incompleto, mal-acabado, porém diferente do favela do que cresceu e se identificou com os altos e baixos do setor terciário urbano.

C. TECNOLOGIA MICROELETRÔNICA E MODIFICAÇÕES OCUPACIONAIS
NA MANUFATURA: ALGUNS FATOS E TENDÊNCIAS*

A chamada tecnologia microeletrônica** tem existência relativamente recente na manufatura brasileira. Sua introdução no parque industrial data dos anos iniciais da década de setenta, quando as primeiras máquinas com comando numérico tiveram suas operações garantidas por licenciamentos oficiais de importação.

A utilização desta tecnologia pela manufatura não foge à regra dos conhecidos padrões industriais de produzir mais e melhor com custos decrescentes. Sua importância econômica e emergência técnica dentre outros tipos de técnicas de produção, no entanto, residem no fato de que contribui decisivamente para a produção de determinados tipos de mercadorias que exigem maior precisão e qualidade técnica. Adicionalmente, ela confirma a valorização do progresso técnico ao possibilitar o aumento da produtividade e da competitividade econômicas em comparação às tecnologias tradicionais.

Como ocorreu com as inovações técnicas que marcaram etapas ou ciclos anteriores de produção, a tecnologia microeletrônica traz em si requerimentos técnicos e operacionais de funcionamento que exigem modificações nas formas de produção, na organização do trabalho e nas condições de acumulação de capital**.

As modificações produtivas, organizacionais e econômicas na manufatura, provocadas pelas inovações técnicas da nova tecnologia têm sido objeto de estudos e pesquisas de maneira ampla e diversificada, notadamente nos países mais industrializados, caso dos EUA, Japão e alguns membros do Mercado Comum Europeu.

* José Carlos Pereira Peliano

** Automação microeletrônica ou tecnologia computadorizada - máquinas e equipamentos de comando e/ou controle operacionais com base em mecanismos e dispositivos computadorizados.

*** Ver, entre outros, Benjamin Coriat, Ciencia, Técnica y Capital, H. Blume Ediciones, Madrid, 1976 e J. Rada, The Impact of Microelectronics, I.L.O., Geneva, 1982, 3ª edição.

Estas investigações têm privilegiado os impactos trazidos ao nível do emprego à estrutura ocupacional e às condições de trabalho pela aplicação e uso da microeletrônica. Investigações* deste tipo estão ainda em seus primeiros momentos no Brasil, seja pelo pequeno número de estudos e pesquisas, seja pela incidência pouco generalizada e diversificada da automação microeletrônica. Recente grupo de pesquisadores, estudiosos, técnicos de governo e sindicalistas concluiu pela necessidade e urgência de ser mapeada a localização, a extensão e a gradação desta tecnologia na manufatura brasileira**.

O que não se nega, no entanto, é o fato de que esta tecnologia já deva estar em processo inicial de expansão na manufatura brasileira, principalmente nas produções industriais de ponta (alta intensidade de capital): química, eletrônica, automobilística e mecânica. Esta constatação permite adiantar algumas considerações sobre a influência desta tecnologia no mundo do trabalho.

O entendimento das modificações ocupacionais e das prováveis transformações sociais que já ocorreram e que deverão se ampliar com a generalização e o aprofundamento da tecnologia microeletrônica requer a distinção de dois passos analíticos.

O primeiro é a localização das inovações técnicas provocadas pela nova tecnologia dentro do processo de produção. O segundo é a identificação das alterações levadas ao processo de trabalho, em particular sobre as estruturas ocupacionais/funcionais.

A questão assim colocada facilita o entendimento das transformações uma vez que a nova tecnologia é altamente padronizada, minimizando os prováveis erros de interpretação. Os conhecimentos técnico-científicos que impulsionam os desenvolvimentos na microeletrônica têm condicionado o estreitamento da base técnica, isto é, os produtos (máquinas e equipamentos) não são muito diversificados por tipos e áreas de operações e por partes, componentes e peças.

É claro que poderão ocorrer, no entanto, variações no ritmo de utilização desta tecnologia diante das capacidades produtivas diferenciadas dos setores e regiões econômicas.

* Ver, entre outros, ibid; Carnegie - Mellon University, The Impacts of Robotics on the workforce and Workplace, EUA, 1980; Advisory council for Applied Research and Development, Joining and Assembly The Impact of Robots and Automation, London, 1979.

** Relatório da Subcomissão para Estudos Sociais da Comissão Especial nº 12/83 de Automação na Manufatura, Secretaria Especial de Informática - Conselho de Segurança Nacional, Brasília, junho de 1983.

De qualquer forma, a difusão da tecnologia microeletrônica parece ser a tendência marcante nos últimos anos entre as atividades econômicas. As formas de produção e de consumo da sociedade industrial serão progressivamente transformadas, abrindo caminho à sociedade informatizada.

As principais inovações técnicas que estão atualmente disponíveis na manufatura brasileira estão direcionadas por três tipos de equipamentos que podem ou não estar ligados a sistemas mais complexos de máquinas. São eles a máquina-ferramenta com comando numérico (MFCN), o sistema CAM (Computer-aided manufacturing), o computer-aided design (CAD) e o robô (ou assemelhados).

Estes equipamentos afetam distintamente as estruturas ocupacionais e funcionais do parque manufatureiro. A MFCN atinge basicamente a ocupação do oficial mecânico que engloba as funções de torneiro mecânico, ajustador mecânico, fresador mecânico, mestre de usinagem, fresador ferramenteiro, contra-mestre de usinagem, retificador ferramenteiro e operador de eletroerosão.

O sistema CAD atinge em cheio o grupo de engenharia de projetos com as seguintes ocupações/funções: desenhista mecânico, desenhista projetista mecânico, desenhista projetista de ferramentas, desenhista projetista de máquinas, desenhista detalhista, projetista de edificações, desenhista projetista de produtos e desenhista projetista eletro-eletrônico.

O robô e equipamentos assemelhados parecem afetar imediatamente as ocupações menos qualificadas e as ocupações de administração da produção. Entre estas estão as de supervisores, controladores de qualidade, inspetores de tarefas e operações e gerentes de produção. Entre aquelas estão as de soldadores, operadores de máquinas, operadores de ferramentas, montadores, pintores e polidores.

As prováveis alterações nas operações do processo de trabalho manufatureiro com o funcionamento destas máquinas e equipamentos sobre os quadros ocupacionais são igualmente diferenciados por tipo de equipamento.

A MFCN fragmenta a ocupação do oficial mecânico, elimina algumas funções e cria outras. As novas funções já pesquisadas e anotadas* são: oficial mecânico de manutenção das máquinas ,

* Pesquisa do SENAI-SP e FIESP sobre a situação das MFCN na manufatura paulista, junho, 1983; também José Ricardo Tauile, "Microeletrônica, Automação e Desenvolvimento Econômico - O caso das máquinas ferramenta com controle numérico no Brasil", UFRJ, outubro, 1982.

oficial mecânico de manutenção dos equipamentos de comando numérico, preparador de máquinas, programador dos equipamentos de comando numérico e operador da MFCN.

O sistema CAD modifica o quadro ocupacional do departamento de engenharia de projeto ao simplificar algumas funções e reduzir outras. As novas funções já anotadas são: programadores do sistema, operadores-projetistas de ferramentas, operadores-projetistas de máquinas, operadores-projetistas de edificações, operadores-projetistas de produtos e operadores-projetistas de eletrônica. As funções de engenheiro e arquiteto são gradativamente absorvidas pelas novas funções mais especializadas de programação ou operação.

O robô e equipamentos assemelhados afetam a administração e a produção industriais. As novas funções requeridas são: supervisores, engenheiros de manutenção, engenheiros de controle de operações, técnicos de manutenção, técnicos de controle de operações, encarregados dos equipamentos e encarregados da reposição de peças, componentes e equipamentos.

A situação da automação microeletrônica na manufatura brasileira no começo dos anos oitenta** era a seguinte: 700 MFCN, 50 robôs industriais ou assemelhados*** e 15 sistemas CAD, perfazendo um total de 765 equipamentos com base técnica microeletrônica. Lamentavelmente, não há boas estatísticas de crescimento destes equipamentos. Supõe-se contudo que apesar da crise econômica seu número venha crescendo de forma acelerada.

A distribuição setorial destes equipamentos apresentava o quadro:

- (i) MFCN - cerca de 2/3 na indústria metal-mecânica e 1/3 nas restantes, notadamente automobilística (material de transporte), material elétrico e metalúrgica;
- (ii) CAD - concentração nas indústrias metal-mecânica, automobilística e metalúrgica;
- (iii) Robôs e equipamentos assemelhados - praticamente todas as localizadas nas indústrias automobilística e química;

* Pesquisa em conclusão do SENAI-SP sobre a situação do sistema CAD na manufatura paulista.

** Conforme relatório da Subcomissão para Estudos Sociais, op.cit.

*** Incluem os manipuladores e as máquinas de sequência fixa.

(iv) CAD/CAM - não se têm notícias da existência deste tipo de sistema integrado em funcionamento.

A grande maioria das empresas detentoras destes equipamentos é de grande porte (acima de 500 empregados)*, pertencente ao setor de bens de capital e controlada por capital estrangeiro.

Este setor que detém a tecnologia microeletrônica é o que, em termos relativos, menos absorve mão-de-obra: cerca de 3,6% (1.700 mil trabalhadores) em 1980 do total das empresas de mais de cinco empregados - conforme sinopse do Censo Industrial, FIBGE. Deste total (4.700 mil trabalhadores), a automobilística absorve 5,6% a metal-mecânica 10,9%, a química 3,5%, a metalurgia 11,1%, material elétrico 5,1% e o restante 64,0%.

As informações anteriores permitem levantar algumas hipóteses sobre modificações na forma e no conteúdo do trabalho geradas pelas inovações técnicas da microeletrônica. São hipóteses que tratam das tendências mais gerais na reorganização da atividade de manufatureira.

A discussão mais usual com relação a estas questões diz respeito ao efeito agregado sobre o nível de emprego. As consequências mais óbvias resultam da economia de mão-de-obra nas operações diretamente afetadas. Isso tem levado a inferências altamente pessimistas quanto a destruição massiva de empregos. Não obstante, a experiência dos países industrializados não invalida tais previsões, pela complexidade do balanço entre eliminação e criação de novos empregos induzidos pelas inovações. Desta forma, mais pertinente será aprofundar a natureza qualitativa das mudanças trazidas pela tecnologia microeletrônica.

A microeletrônica tende a simplificar, empobrecer ou eliminar algumas tarefas. Em oposição, torna outras mais complexas, mais difíceis ou mais intelectualizadas. Esse nível de generalidade é pouco elucidativo. Cabe melhor especificar as condições em que estas tendências ocorreriam. A seguinte classificação parece apropriada:

Em primeiro lugar, a tecnologia microeletrônica permite prescindir cada vez mais do trabalho manual (baixa qualificação e pouca especialização), incorporando-o às operações das máquinas e equipamentos. Estas atividades por serem intensivas em trabalho e, portanto, sujeitas a maiores desperdícios de material, tempo e movimento nas operações serão progressivamente automatizadas de forma a reduzir os custos de produção e a dependência do trabalho humano. A eliminação gradativa do trabalho manual deverá ocorrer

* Cerca da metade das empresas tinham mais de 1.000 empregados.

com mais intensidade nos processos de trabalho ocupados por robôs e equipamentos assemelhados. Em geral, as atividades pouco qualificadas (transporte, armazenagem, soldagem, etc.) são absorvidas totalmente pelos autômatos. Ocupações insalubres ou perigosas estão, por estas razões, dentre as primeiras a serem eliminadas.

Em segundo lugar, a tecnologia microeletrônica tende a atuar sobre alguns trabalhos intelectuais (técnico, de controle e de comando), fragmentando-o em tarefas simplificadas e parciais. Esta tendência surge do fato desta tecnologia, por um lado, substituir as operações e funções de cálculo e de administração das informações de tempo e movimento do trabalho antes em poder dos operários e, por outro lado, decompor determinadas atividades complexas em outras menos elaboradas e mais rotineiras.

Em terceiro lugar, deverá ocorrer a eliminação de algumas funções/ocupações e a redefinição de outras. O resultado final tenderá a ser a diminuição gradativa do campo de ação (trabalho de criação, comando e controle) de cada função/ocupação qualificada. Em outros termos, o trabalho intelectual deverá ser aos poucos desqualificado na medida que passa de atividades com conhecimentos e administração amplos para atividades de operações restritas e limitadas.

Em quarto lugar, a fragmentação do trabalho intelectual de um lado e a diminuição do trabalho manual de outro tenderão a ser duplamente substituídas, seja pela operação ("trabalho") das máquinas e equipamentos (provavelmente em maior grau), seja pela ampliação das ocupações/funções das tarefas mistas de conteúdo manual e intelectual, como manutenção e supervisão das novas tecnologias.

Por último, novas categorias profissionais deverão ser criadas. Dois grupos são certamente previstos. De um lado os programadores, analistas de sistema, técnicos e engenheiros de operações, desenhistas e projetistas de sistemas, etc., ou seja, a forma transformada à nova tecnologia do trabalho intelectual. De outro lado, os operadores de equipamentos e máquinas, os técnicos e engenheiros de manutenção, supervisores de operações, etc., a forma transformada da nova tecnologia do trabalho misto.

Se, por um lado, não são óbvias as conseqüências desta evolução sobre o perfil de treinamento da força de trabalho, não se pode tampouco ignorar que os efeitos podem ser de grande profundidade, deixando à margem ocupações tradicionais e criando estrangulamentos em novas ocupações altamente complexas.

D. O PROFESSOR-EMPRESÁRIO DE ALTA TECNOLOGIA*

A escala das realizações econômicas tem o seu topo reservado para a geração de alta tecnologia. Esta é a mais difícil, e mais complexa manifestação de maturidade industrial e técnica. É que competem entre si os países mais avançados.

Países como o Brasil que completam seu ciclo de industrialização começam a ver com olho gordo a alta tecnologia. Mais do que isso, providências concretas são tomadas.

Inicialmente, montaram-se programas de formação de pessoal, sobretudo no exterior, no qual preparam-se muitas centenas de mestres e doutores. Com o seu retorno, torna-se possível criar no próprio país programas de pós-graduação e pesquisa, em um total que hoje atinge a casa do milhar. Aos poucos, esses grupos vão se consolidando, passando a oferecer ensino de boa qualidade e a produzir um volume substancial de pesquisa.

Não obstante, na tentativa de distribuir o esforço entre ciência e tecnologia, é claríssima a diferenciação entre o êxito na ciência e a modéstia dos resultados na tecnologia. Os próprios cursos da área tecnológica tendem a ser mais voltados para a produção acadêmica do que para o desenvolvimento tecnológico. A atmosfera universitária, o seu ethos, parecem bastante distanciados daquele que se requer para os projetos tecnológicos. Excesso de burocracia, desinteresse, falta de respeito pelos cronogramas são problemas usualmente encontrados.

Claramente, há um processo de aprendizagem. A universidade aos poucos aprende a conviver e a responder às necessidades do setor produtivo. Mas sempre será uma convivência difícil. Em maior ou menor grau, a universidade sempre será um parceiro desajeitado para o setor produtivo.

Para vencer o abismo de temperamentos, prioridades e agendas, vários arranjos são tentados, com maior ou menor êxito. Criam-se firmas de consultoria embutidas na própria universidade, como por exemplo a COPPETEC, CODETEC, UFRJ, UNICAMP. Instituições entre a universidade e a empresa também podem funcionar, como no caso da CPqD, ligada à TELEBRÁS. Algumas empresas criam seus institutos de pesquisa como é o caso da CEPEL e do CENPES (ELETROBRAS e PETROBRAS).

* Cláudio de Moura Castro

Há, todavia, um caso de grande interesse que é o objeto desse ensaio. Trata-se do professor que de posse de uma inovação estabelece sua própria empresa. Esta é a solução mais drástica para os problemas de comunicação, diálogo e sincronização entre geração de tecnologia e seu uso. Não há intermediação, os geradores da tecnologia viram empresa.

Os arredores de Harvard, Mit, Berkeley e Stanford são repetitivamente citados pela abundância de cientistas convertidos em empresários. Notáveis pelo sucesso, destacam-se o Dr. Land, fundador da Pollaroid, nas proximidades do Mit e a Hewlett-Packard perto de Stanford.

O Brasil teria chegado a um estágio em que coisas semelhantes estariam acontecendo? A questão tem óbvio interesse econômico, dado o papel cada vez mais crítico que o controle do processo tecnológico representa. Todavia, mais congruente com o presente trabalho é a geração de uma comunidade empresarial de alta tecnologia em pequenas empresas. Tal desenvolvimento rompe a estreita associação entre porte grande e alta tecnologia, criando a figura do pequeno empresário tecnologicamente inovativo.

Do ponto de vista social, trata-se da consolidação e expansão de área de influência da comunidade científica e tecnológica brasileira, hoje atingindo cerca de 50.000 pessoas engajadas em P&D (número sujeito a controvérsias de definição e inadequada precisão nas estimativas). Trata-se de um grupo que embora quantitativamente pequeno - em qualquer país - pode ser muito organizado ou mesmo aguerrido. É notável sua capacidade de mobilização da opinião pública - advogando grandes causas ou em causa própria. Dificilmente se pode pensar em grupo politicamente mais vociferante, considerando o seu limitado número.

O deslocamento de alguns cientistas para a área empresarial representa uma evolução importante por demarcar um certo nível de maturidade do desenvolvimento científico do país e por criar uma ponte com a indústria de extrema importância estratégica.

Mas estaria realmente acontecendo isso? Existe o professor-empresário como categoria de alguma importância quantitativa?

Ao que indicam análises ainda bastante superficiais, já há exemplos. Não são milhares de casos, talvez não sejam centenas. Mas tampouco são casos totalmente isolados ou aberrantes.

Pelo que se sabe por observação, confirmada por considerável literatura internacional, há uma forte concentração nos centros que produzem ciência e tecnologia com alguma criatividade. Do fato, a concentração é bem maior do que sugeriria a distribuição dos laboratórios universitários ou dos cientistas formalmente qualificados (por exemplo, com doutorado). Nas ciências básicas, por exemplo, entre 60 a 80% dos artigos são produ-

zidos por 10% das instituições. Assim, é de se esperar que os professores empresários tenham suas origens concentradas em algumas poucas universidades.

Embora a informação disponível seja particularmente incompleta, as grandes matrizes produtoras de idéias são a Universidade de São Paulo, a Universidade de Campinas, o ITA, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade de Viçosa. Dentro desses centros, apenas umas poucas áreas concentram o grosso da produtividade.

Selecionamos adiante alguns casos para exame mais detido. Foram escolhidos pela variedade de áreas e de circunstâncias. Não se pretende que sejam os mais importantes ou que tenham alguma representatividade do universo. Na verdade, buscamos exemplos que ilustrassem distintos graus de distanciamento do mundo universitário e amadurecimento da iniciativa do ponto de vista empresarial. De certa maneira, poderíamos pensar que cada caso - imperfeitamente - representaria estágios cada vez mais avançados da evolução de um professor que se tornasse cada vez mais empresarial e mais desvinculado da sua universidade de origem.

Tomamos inicialmente um grupo que está em processo de criação de uma empresa de engenharia genética. No segundo exemplo, tratamos de atividade semi-artesanal, realizada em tempo parcial nos porões de um hospital. Em seguida examina-se uma indústria fisicamente localizada dentro de uma universidade. Os próximos casos ilustram empresas já consolidadas, originárias de inovações que levaram professores universitários a fundá-las. Tomamos depois professores que se associaram com empresas existentes, trazendo com eles boas idéias ou competência estabelecida na área. Finalmente examinamos o caso extremo de uma empresa originária de um grupo universitário mas cujo sucesso empresarial transformou-a em multinacional.

1. Engenharia Genética "made in Brazil"?

Poucos ignoram o potencial oferecido pela engenharia genética. No caso Brasileiro, parece muito atraente e idéia de adaptar a planta ao ambiente e não o ambiente à planta. No seu estágio presente, é possível especificar o produto final desejado bem como ter uma idéia sobre o processo. Em outras palavras, reduz-se o risco e dependência de processos da "serendipity", características da atividade puramente científica.

O resultado dessa evolução é tornar a área atraente para atividades empresariais. Mas obviamente, serão empresas centradas no domínio tecnológico do processo. É, portanto, uma área tipicamente favorável para o professor-empresário.

Recentemente, Afonso P. Seabra, Antonio Paes de Carvalho e outros fundaram a Biomatrix. Sem abandonar seus respectivos laboratórios na UFRJ, embarcam no mundo empresarial.

2. Válvulas Cardíacas: empresa ou hobby?

Em um desvão do subsolo do Instituto de Cardiologia (RS), Fernando Luchese - entre a implantação de uma ponte de safena e a preparação de um parecer técnico para a CAPES - super visiona a manufatura de próteses cardíacas. Sua própria opção de carreira focaliza-se nesse encontro da clínica com a engenharia biomédica. O primitivo coração artificial, construído por ele quando aluno e abandonado em uma estante, pouco diz da complexidade das ligas usadas na fundição das válvulas, das tolerâncias no ajuste, na busca de melhores desenhos e no acompanhamento dos pacientes que receberam a prótese.

Todavia é uma atividade remotamente empresarial. Ocupa alguns poucos operários e apenas parte do tempo do Dr. Luchese. Seu futuro como empresa é indefinido. Pode crescer, estacionar ou regredir.

3. Uma fábrica clandestina na USP?

Reformar nosso ensino de ciências sempre foi o "leit-motiv" do irrequieto Isaias Raw. Escrever, traduzir e adaptar livros, criar uma fundação para preparar vestibulares que valorizassem esses livros, tudo isso já foi feito por ele.

Mas possivelmente, jamais poderia haver previsto a direção que tomaria a FUNBEC, uma instituição por ele criada para preparar e avaliar materiais didáticos para o ensino de ciências. Além da sua ampla produção editorial, a FUNBEC iniciou a preparação de kits. Mais adiante, em associação com a Editora Abril lançou os Grandes Cientistas cujo volume de vendas atingiu a casa dos milhões.

Uma certa retração nas compras do Governo leva a FUNBEC a duas direções: os brinquedos educativos e os equipamentos médicos. É nessa segunda linha que a FUNBEC encontra um mercado que domina hoje totalmente o seu faturamento. Eletrocardiógrafos, desfibriladores, ecógrafos e equipamentos semelhantes ocupam boa parte dos seus 400 empregados.

Ao contrário dos kits científicos, mais simples e de manufatura convencional, a área médica é mais exigente requerendo consideráveis investimentos em P&D. Em particular, com a concessão pela SEI de uma reserva de mercado para ecógrafos de duas dimensões, o mergulho na micro-eletrônica e informática é profundo. Entendimentos recentes com o CEDATE/MEC parecem conduzir a um convênio com a Zeiss/Jena para a fabricação de microscópios, incluindo o domínio completo da tecnologia.

Esse é um caso curioso de uma atividade industrial de alta tecnologia desenvolvida sem primeiras intenções ou premeditação. Razões pedagógicas levaram a FUNBEC dos livros aos kits. Razões econômicas levaram da educação para a indústria. Hoje a FUNBEC é uma indústria de porte médio com um apêndice pedagógico. Só muito recentemente mudou-se a fábrica do Campus da USP

para uma área industrial. Traindo sua origem universitária, persiste operando sob estrutura jurídica da Fundação. Trata-se, portanto, de um caso de uma indústria que, talvez por ter sido um resultado não intencional, jamais cortou seu cordão umbilical com a Universidade. Seus executivos continuam sendo professores da USP e administrando a FUNBEC de dentro do campus.

4. O Domínio Tecnológico das Fibras Óticas: a hora de deixar a Universidade

José E. Riepper, após graduar-se no ITA, vai para os Estados Unidos obter seu doutorado em física. Ao terminá-lo vai trabalhar nos Laboratórios Bell, em um projeto da NASA.

Ao criar a UNICAMP, Zeferino Vaz rastreia os brasileiros trabalhando no exterior, encontrando assim Riepper engajado com um grupo de fibras óticas. Suas condições são claras, só volta com armas e bagagens, isto é, a equipe toda e mais os equipamentos.

Instalada na UNICAMP, a pesquisa prossegue. Domina-se a delicada arte de fundir os delgadíssimos fios de vidro. Depositar camadas metálicas por vaporização na superfície dos cristais de laser corresponde a outra etapa difícil. O ritmo é bom. O Brasil não imita: não está atrasado porque começou junto com os outros. Supõe-se mesmo que Campinas seja o segundo centro mais avançado do mundo.

Os usos das fibras para comunicações são ilimitados. Em quase tudo substituem o cobre, com vantagens inclusive em termos de perdas. A médio prazo, os preços são competitivos.

Recentemente, Riepper toma a decisão: virar empresa. O ambiente universitário não se dá bem com o ritmo fabril que é mais regular, menos experimental e mais preso a compromissos. A burocracia da universidade era fonte crônica e previsível de reclamações.

Mas ao invés de criar sua empresa, associa-se a uma já existente. As perspectivas de êxito podem ser consideradas muito favoráveis, a se manterem as políticas de P&D da Telebras.

5. Biobrás: O "desquite amigável" da Universidade e Consolidação Industrial*

Em meados da década de 60 cria-se um curso de pós-graduação em Bio-química na UFMG. Sob a liderança de Carlos R. Diniz, torna-se possível reunir produtivamente professores antes isolados em diversas faculdades. Este curso abriga um dos mais só

* Esse caso está fortemente apoiado na narrativa de M. Mares Guia "Da Universidade à Indústria: um exemplo encorajador" Revista Brasileira de Tecnologia (julho/setembro 1981).

lidos, produtivos e respeitados laboratórios na bio-química brasileira.

A idéia de preparar em laboratórios enzimas comerciais data já desta época. Encorajado por Carlos Diniz, os irmãos Marcos e Walfrido dos Mares-Guia iniciam suas experiências. O próximo passo são as plantas piloto para testar a viabilidade dos processos a nível industrial.

Em 1971, agregando outros sócios, cria-se a Biobrás, estreitamente ligada ao grupo da Bio-química de quem depende fortemente por muito tempo: Ali estava a infra-estrutura técnica e científica. Embora Marcos se desligasse da UFMG em 1969, os laços pessoais mantiveram até hoje vivo este intercâmbio.

Os primeiros produtos foram renina em pó e coalho líquido. Já em 1978 se firmam em nível industrial as linhas de produção de coalhos, Proteomix e uma mistura de tripsina, quimotripsina, papaina e pancreatina. Visando entrar na linha de hormônios naturais cria-se a Biofar, em consórcio com a Eli Lilly. Com completo domínio da tecnologia, esta subsidiária passa a produzir cristais de insulina. Em 1981, a aprovação pelo FDA permite exportar para os Estados Unidos, passando então a BIOFAR a contar-se entre os três maiores produtores mundiais de insulina.

A crise energética leva à criação de outra subsidiária: a Bioferm, voltada para os processos de fermentação. O objetivo é produzir linhagens autoproductoras de enzimas utilizadas na conversão de amido em glicose.

As vendas da Biobras vem dobrando anualmente nos últimos anos. Trata-se hoje de uma indústria consolidada, incluindo uma divisão internacional de marketing e escritórios em Buenos Aires.

Em suma, este é talvez o caso mais bem arrematado da sequência que começa com a criação de um grupo universitário de excelente qualidade, seguido pelo "desquite amigável" de alguns membros que formam uma empresa de grande êxito comercial.

6. COBRA: de como o Ministério da Fazenda virou inventor e fabricante de "hardware"

Os interesses da PUC/RIO pela informática já datam de bastante tempo. Na verdade, junto com a Politécnica da USP foram os precursores do esforço brasileiro na computação.

Como pode acontecer nesses casos, o interesse da Universidade antecedeu de quase uma década a viabilidade industrial da informática brasileira - De fato, essa viabilidade é, em certa medida, resultado desse esforço prévio. Produzindo para um mercado inexistente, a Universidade acabava represando em seus quadros os graduados. Na verdade, a alternativa de empregos era vender equipamentos das grandes empresas estrangeiras.

A expansão acelerada do SERPRO - como órgão encarregado de processar dados do imposto de renda para o Ministério da Fazenda - cria alguns espaços adicionais. Por circunstâncias várias, para ali vai um grupo de jovens dinâmicos e fortemente nacionalistas. Ao invés de simplesmente operarem seus computadores, articulam ruidosamente um grupo para que se defina uma política brasileira de informática que privilegie a indústria e a P&D nacionais. Mais discretos, porém mais bizarro pela localização, outro grupo investe no desenvolvimento de "hardware" para processamento de grandes massas de dados. O sucesso do "compactador de teclado" leva o SERPRO à manufatura desses protótipos.

Após a produção de várias centenas de unidades, há uma decisão superior de criar uma empresa brasileira de computadores, absorvendo esse grupo. Forma-se então a COBRA, levando-se às suas lideranças o grupo original da PUC.

A COBRA é hoje o maior fabricante brasileiro de computadores. Apesar dos altos e baixos financeiros, é uma indústria tecnicamente agressiva.

Trata-se portanto de um grupo criado na Universidade, no período das vacas magras da informática "made in Brazil" e que dela desvincula-se mais adiante. Seu destino é um serviço público, aparentemente sem qualquer afinidade com P&D, sobretudo em "hardware". Mas é lá mesmo que se cria "hardware", até mesmo em escala industrial.

Os pesquisadores do SERPRO não foram empresários no sentido convencional. Todavia, souberam utilizar a folga organizacional existente na instituição para fazê-la avançar em direções impensáveis para tal empresa. De certa forma, criaram uma "empresa informal" dentro da empresa pública.

7. Gradiente: a Multinacional Brasileira

O ITA constituiu-se no primeiro núcleo de maior estrutura na engenharia eletrônica brasileira. É extraordinário o seu legado como matriz formadora de grupos de pós-graduação e de iniciativas industriais. Nesse particular, é difícil selecionar alguns dos seus filhotes. A opção aqui foi feita menos pelas inovações técnicas geradas do que pelo êxito comercial registrado.

Na década de 60, um grupo de engenheiros eletrônicos do ITA se associa a uma loja de produtos eletrônicos para fabricar sistemas de áudio. A superioridade técnica dos produtos oferecidos deu à jovem Gradiente uma forte vantagem inicial no mercado.

Daí para frente, a história é bem convencional, ainda que brilhante. Após atingir considerável porte empresarial, indústrias como a Polivox são anexadas. Progressivamente, mercados de exportação são conquistados. A cartada mais notória só deu com a ousada compra da Garrard, tradicionalíssima firma in

glosa. Com isso a Gradiente se firmou como empresa eletrônica de grande porte, voltada para mercados internos e externos, bem como operando fábricas em vários países.

Esse é também um caso muito linear. A maior competência técnica, permitida pela colaboração de um grupo do ITA, dá uma vantagem inicial. Daí para frente, é gerência firme, competente e agressiva.

II. Novas Formas associativas

Apresentamos abaixo um conjunto de exemplos de organizações locais. Tratam-se de associações, em boa medida, espontâneas e motivadas pela percepção de um problema comum. Narramos as suas aventuras e desventuras, suas dificuldades e seus êxitos. O objetivo é ilustrar o aparecimento de um número crescente de tentativas de organização de certos grupos em torno de objetivos compartilhados.

A. AS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE, NO BRASIL*

1. O que são as CEBs?

Frequentemente tem-se a impressão que comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são um grupo político, ou movimento religioso, como os cursilhos ou encontros de casais, ou ainda, um importante componente do movimento popular que desde alguns anos aflora e fortalece-se no Brasil.

A grande imprensa considera-as com temor e desconfiança e mesmo alguns círculos eclesiásticos cercam-nas de reticências e cuidados zelosos.

Na verdade, as CEBs refletem um novo modo de ser Igreja, que se opõe, dialeticamente, às formas do catolicismo tradicional, hoje em franca decadência entre nós.

Definir CEBs com propriedade é uma tarefa extramamente difícil e delicada, pois corre-se o risco de reducionismos ou exagerados intelectualismos. Pode-se, contudo, recuperar algumas descrições usuais:

a) CEBs são grupos de cristãos, geralmente das camadas mais pobres da população que, em comum, lêem e meditam sobre a Bíblia, rezam, compartilham alegrias, esperanças, sofrimentos, procuram resolver comunitariamente os problemas que lhes afetam a existência, e empenham-se em testemunhar, no mundo, sua fé em Jesus Cristo;

b) São o lugar onde se realiza a essência teológica da Igreja e, ao mesmo tempo, a prática de libertação dos pobres pelos próprios pobres, tendo a seu lado a comunhão integral da "grande Igreja";

c) São uma nova forma de ser Igreja, onde os pobres se reúnem para, juntos, comentarem a palavra de Deus - confrontando-a com sua realidade de vida - e se ajudam, defenderem e promovem mutuamente.

2. A religião tradicional e sua evolução recente

No catolicismo tradicional, que imperou desde o descobrimento do Brasil até o Concílio Vaticano II, e ainda hoje per

* Paulo Couto Teixeira.

siste em bolsões eclesiásticos muito maiores do que parece, a Igreja, o Estado e as classes dominantes ou conservadoras desenvolviam uma sólida união de interesses que abrangia, em verdadeira simbiose, o econômico, o profano e o sacral, na guarda e defesa de interesses recíprocos.

Essa "Igreja", de uma forma geral, não era uma comunidade de fé, mas a promotora de religião de festas, procissões, cultos de santos padroeiros e associações piedosas e, que não se preocupava em responder ou iluminar os grandes desafios de uma sociedade em constante transformação. Era a monopolista da salvação, senão a própria salvação. Sua hierarquia - padres, bispos, papa - monopolistas do poder sacral se confundia com a própria Igreja, contrapondo-se ao imenso e dócil rebanho dos "fiéis". Estes, por sua vez, tinham na religião uma espécie de supermercado espiritual, onde trocavam orações, jejuns, promessas e ladainhas com favores pessoais e a garantia da conquista da salvação de suas respectivas almas.

O Clero era o guardião das tradições; a Igreja, em sua estrutura paroquial, ministrava os sacramentos, promovia a piedade e o culto aos santos, e centralizava seu apostolado na difusão de um catecismo de impecável ortodoxia, mas extremamente abstrato e sem ligação ou referências com o Evangelho ou a liturgia.

A história do Cristianismo apresenta uma curiosa peculiaridade: todas as vezes que a prática dos cristãos distancia-se daquela anunciada por Jesus Cristo e vivida pelas primeiras comunidades cristãs, surge de sua periferia um incontornável movimento de renovação que, apesar de sempre inicialmente combatido pelos centros de poder religioso, terminam por conquistar o núcleo central do catolicismo, iniciando-se, assim, um novo ciclo de vigor evangélico e nova desagregação. Tal sucedeu com o monaquismo, após a vitória de Constantino; com as ordens mendicantes no coração da Idade Média e, com a Contra-Reforma no final da Idade Média.

Nos dias de hoje, vive-se uma nova e pujante fase do evangelismo, que teve por marco inicial o Concílio Vaticano II, convocado pelo Papa João XXIII, para, juntamente com todos os bispos do mundo, reformar a face da Igreja, ajustando-a aos tempos atuais, questionando-a pelas graves exigências que o Evangelho impunha às estruturas e à convivência entre os homens e respondendo aos grandes desafios da realidade.

Representou verdadeiramente uma revolução teológica e pastoral, como não se havia feito desde o Concílio de Trento, no Século XVI. Desacreditou uma escola teológica neo-escolástica e consagrou teólogos antes mal vistos, ligados a uma corrente teológica da Europa Central.

Entretanto, os aspectos que dizem respeito mais a este estudo referem-se à ênfase numa visão de mundo antropocêntrica e não cosmocêntrica, que teve formidáveis desdobramentos no campo social, sobretudo naqueles países pobres, de maioria católica.

Alguns fatores contribuíram para que esta visão frutificasse no Brasil, criando condições para aparecimento das CEBs. A implementação do Concílio foi levada a sério no Brasil, onde se realizaram cerca de 1.200 cursos intensivos sobre seu conteúdo, em todo o país.

A criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - a primeira conferência episcopal nacional surgida no mundo - o nível do episcopado brasileiro e os grandes problemas sociais que se avolumavam foram também um fator importante. Em 1966 foi lançado o primeiro plano pastoral conjunto, enfatizando a união e o espírito comunitário na Igreja, promovendo a ação missionária e a evangelização.

As experiências da Ação Católica - Juventude Estudantil Católica (JEC), a JUC (universitária), a JOC (operária) e a JAC (camponesa), bem como iniciativas como o Movimento de Educação de Base (MEB) ofereceram subsídios importantes para as primeiras comunidades que, pouco a pouco, iam se constituindo, promovidas por bispos mais sensíveis aos sinais dos tempos.

Talvez o fato mais importante para o delineamento do caráter da Igreja na América Latina de hoje e, sua original maneira de ser, através das CEBs, foi o encontro de Medellín, onde se adaptaram, para a realidade deste subcontinente as grandes decisões e opções do Concílio, no ano de 1968. Aí se fez uma denúncia do que se considerava uma situação de opressão, injustiça, desigualdade e pobreza que caracterizavam grandes massas humanas do continente. Irrompia a "opção pelos pobres", iniciava-se um processo de mudança do lugar social da Igreja que rompia suas alianças estabelecidas no catolicismo tradicional. Surgia uma nova consciência eclesial, teórica e prática, uma nova eclesiologia. Neste espírito, começaram a despontar pequenas comunidades em todas as partes, no seio do povo: as comunidades eclesiais de base. Estas pretendem encarnar e estruturar a vivência comunitária da fé dos apóstolos nas condições do povo, que se entende ser, no Brasil, simultaneamente religioso e oprimido.

A partir de 1975 iniciaram-se uma série de encontros entre as diversas CEBs do país, que não foram caracterizados como nacionais, mas como "intereclesiais": São Igrejas que se convidam mutuamente a reunir-se, uma delas assumindo a responsabilidade de coordenação geral.

O primeiro encontro sucedeu-se em Vitória-ES (1975), e teve como tema: "Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus". Neste enfoque, tratava-se não mais de aquela Igreja tradicional, acomodada sobre o eixo sacerdotal e sacramental, mas que nascia do próprio povo e era organizada pelo leigo, em torno da palavra e da prática de Jesus de Nazaré, "pelo Espírito de Deus".

O segundo, também em Vitória (1976), teve por tema "Igreja - Povo de Deus que caminha"; foi como que uma continuação do primeiro.

Pode-se identificar dois ambientes onde se geram as CEBs. O primeiro é eclesial. São grupos de evangelho, encontros de celebração, círculos bíblicos, etc. Aí se manifesta maior ligação ou dependência com o clero, e guarda características fortemente sacramentais.

O outro ambiente são os movimentos populares, gerados por necessidades imediatas e prementes da população. Na medida que as reivindicações são organizadas e exercitadas, desponta quase que simultaneamente o elemento de fé, e o desejo de celebrar suas lutas na comunidade.

Em ambos, segundo os seus proponentes, o elemento decisivo é a articulação da fé com a vida, que os ilustrados não conseguem teorizar, mas que a prática do povo simples consagra com a maior naturalidade.

Uma característica muito importante das CEBs no Brasil é que elas são ligadas aos bispos, e vivem em comunhão com a Igreja local e a universal. Elas somente aparecem e se desenvolvem nas dioceses onde os respectivos bispos as promovem. Não são todos os bispos que aceitam as CEBs*, consideradas, talvez, por alguns, como uma "inoportuna" descentralização do poder sacral. São os resquícios do catolicismo tradicional que resistem às CEBs, vistas com desconfiança e zeloso temor.

Mas cada vez mais bispos aceitam e assumem as comunidades. Uns as promovem decididamente, outros as toleram. Existem os bispos mais "democráticos", que compartilham suas decisões pastorais com as bases. Outros são mais autoritários.

O certo é que o processo das CEBs parece irreversível e tende a alastrar-se por todas as dioceses, a longo prazo.

A organização interna das CEBs varia muito de diocese para diocese. Vai desde os casos mais simples, onde prevalece apenas um agente de pastoral, até as estruturas mais complexas. Na Igreja do Acre, por exemplo, existiam, em 1982, de 800 a 1000 grupos de evangelização, com 10 a 15 pessoas cada. À frente de cada grupo um animador ("monitor"), às vezes auxiliado por um segundo. Cada 10 a 15 grupos fazem uma CEB. Além dos monitores, existem vários "ministros", escolhidos de acordo com as várias tarefas a serem desenvolvidas dentro da comunidade: batismo, doentes, eucaristia, coordenação, pastoral da terra, dos índios, dos direitos humanos, etc. Para todos, há apenas 15 padres e 80 religiosas.

Como se vê, as CEBs são uma organização leiga por excelência, onde o clero e as religiosas assumem adequada posição de serviço e não de poder, mais consetânea com seu carisma específico.

* No catolicismo, as Igrejas Particulares e os bispos mantêm muita autonomia, dependendo apenas, em certos casos, da autoridade papal.

co. Talvez esta característica seja uma das explicações para o enorme crescimento das CEBs: elas não dependem dos padres, que, além do mais, são escassos, neste país populoso e continental. Os leigos assumem tarefas e ministérios específicos, e são assistidos pelos sacerdotes, em muitos casos de forma eventual. No Catolicismo tradicional, todas as iniciativas começam, desenvolvem-se, e terminam com a pessoa do padre. Os leigos adotam postura passiva, e são dependentes como se fossem crianças.

4. As Articulações das CEBs com o Catolicismo Tradicional

Como todo processo dialético, as CEBs guardam, com o catolicismo tradicional, uma relação de tensão. Existem os bispos que aceitam as CEBs e aqueles que não aceitam. Em geral, os que aceitam as CEBs, já se desapegaram ou estão em processo de superação das formas do catolicismo tradicional. Quanto aos demais, pode-se considerar que as relações às vezes são conflitivas. As bases sentem muito esta diferença de enfoque da questão pastoral, principalmente em se tratando de dioceses limítrofes que utilizam métodos diferentes. Num destes casos, um elemento das CEBs, em Goiás, denunciava os obstáculos que o bispo vizinho opunha à construção das CEBs. Posteriormente, aquele mesmo bispo mudou de diocese e aceitou o desenvolvimento das mesmas, em sua nova comunidade. Outros casos existem de bispos que não permitiam que, nas celebrações de suas dioceses, os fiéis cantassem hinos utilizados pelas CEBs. Em outras situações, a chegada de um novo bispo destruiu toda a organização das comunidades da diocese, perseguiu padres e agentes de pastoral. Em outros casos, a comunidade, organizada e atuante, "converteu" o novo bispo, do qual se anteviam dificuldades de aceitação.

Relativamente à estrutura paroquial, a tendência é a sua reestruturação pelo impacto das CEBs, tornando-a mais aberta, missionária e evangélica. Não se trata de "o povo ir à Igreja", mas a "Igreja ir ao Povo". A Paróquia seria o ponto de comunhão de comunidades, proporcionando infra-estrutura e apoio logístico para celebrações especiais e grandes promoções. A figura do padre se dessacraliza, deixa de ser o burocrata do sagrado, para converter-se no profeta, servidor, animador da comunidade.

5. As Articulações: As Classes Dominantes, o Governo, A Política e os Movimentos Populares

Algumas CEBs, durante certo tempo, cultivaram um maniqueísmo que divide a sociedade entre oprimidos e opressores identificando os pobres (lavradores, operários) com os primeiros, e os demais com os que oprimiam. Posteriormente, houve uma certa evolução desta visão mais simplista, através do reconhecimento de "aliados" da caminhada, não pertencentes a sua classe social.

Em geral, as comunidades mais conscientes desconfiam de tudo o que vem do Governo, mesmo as propostas mais bem intencionadas. Os "adversários" são as autoridades e os grandes do lugar ("tubarões") identificados com as forças da opressão. Aí se enquadram aqueles políticos e autoridades que lhe são mais próximos - prefeitos, vereadores, delegados de polícia. Autoridades mais

distantes (governadores, deputados, Presidente) não são mencionadas, exceto, em alguns casos, os maiores responsáveis por grandes iniciativas do Governo que afetam a população. Junto com os "tubarões", reconhecem como adversários do povo os pistoleiros, grileiros e sindicatos pelegos. Às vezes, criticam também setores da Igreja Hierárquica, o Exército e a justiça comprometida com os poderosos. Em muitos casos, a capa da "legalidade" acoberta imensas injustiças, e o povo as identifica com sabedoria. Numa dramatização, o povo era expulso de seus barracos por um homem que, às costas levava um cartaz: "oficial de injustiça".

Mas são as articulações com a política que têm apresentado os aspectos mais polêmicos. Os adversários das CEBs e os desinformados vêm nas mesmas simples instrumentos de uma ideologia ou corrente política, às vezes mesmo partidária.

Na verdade, a comunidade política é vista como um espaço para os cristãos das CEBs realizarem e viverem sua fé. As comunidades chegam ao espaço político, numa busca ordenada do Bem-Comum. Nesse sentido, não se trata de uma opção individual, mas uma exigência ética e um grave dever daqueles que assumem o Evangelho, em especial frente a situações de injustiça. A política coloca-se, assim, como uma arma poderosa para construção de uma sociedade justa, com a eliminação de todas as alienações. Esta é a grande utopia do "Reino" proclamada pelos cristãos.

Esta mesma utopia desperta, mobiliza, e reanima o compromisso dos cristãos, sendo a CEB, como já foi dito, a instância profética e de animação, celebração, alimentação e autocrítica desta praxis libertária.

Assim, as CEBs têm um papel relevante no despertar da consciência crítica - e política - de grandes massas marginalizadas e que conduz a uma nova consciência política e a novos hábitos políticos.

No encontro de Itaici, em época pré-eleitoral, a grande imprensa esperava que as CEBs se manifestassem em bloco por um determinado partido ou que dali surgisse um grande partido político popular. Ao contrário, não apenas esta expectativa foi frustrada, como, numa pesquisa realizada entre os participantes do encontro, constatou-se a existência de militantes e simpatizantes vinculados a todos os partidos políticos, inclusive o partido do Governo.

Os próprios bispos brasileiros, em recente documento sobre as CEBs* incentivaram a militância política, preconizando o estudo dos programas e das práticas partidárias, os interesses que os partidos defendem, as mudanças que propõem, e sua compatibilidade com os valores do "Reino". Reafirmam, com propriedade, que as CEBs não são nem podem ser núcleos partidários.

* Documento da CNBB sobre as Comunidades Eclesiais de Base (1982) - SEDOC, abril de 1983.

O terceiro foi em João Pessoa-PB (1978), visando o tema "Igreja - Povo que se liberta". Nele ocorre o fato inédito nos 480 anos da história da Igreja no Brasil. Ao contrário do 1º encontro, onde só participaram agentes de pastoral (padres, religiosas, catequistas, etc.) e bispos, a maioria dos representantes eram das bases. Foram estes que organizaram, tomaram a palavra e decidiram. Eram cerca de 200 pessoas, das quais dois terços vinham das bases.

O IV encontro intereclesial realizou-se em Itaici-SP, consagrando esta participação das bases que somavam ao todo umas 300 pessoas, vindas de 71 dioceses, das pouco mais de 200 existentes no Brasil. O tema central foi "Igreja: Povo oprimido que se organiza para a libertação".

O último encontro foi realizado muito recentemente em Canindé-CE, com a participação de cerca de 500 pessoas.

Nestes últimos encontros, os participantes são eleitos pelas bases, o que lhes dá representatividade e confere autenticidade e legitimidade às decisões.

3. O Perfil das CEBs

As CEBs procuram criar um ambiente de diálogo da fé, pela meditação do Evangelho em pequenos grupos. Cultivam a vivência da fraternidade, culminando na celebração da eucaristia, como os primeiros cristãos. Voltam-se para a promoção humana. Consideram que a realidade de injustiça, sofrimentos, opressão e frustrações das grandes camadas populares não constituem apenas uma indignidade para o homem, mas um escândalo que ofende a Deus ("pecado social"). Tal situação é vista como um apelo e um forte questionamento da consciência eclesial para que a Igreja fique sempre ao lado do pobre e do mais fraco, à semelhança da grande tradição bíblica e da praxis de Jesus de Nazaré. Nessa perspectiva, os pequenos devem organizar-se e, juntos, contribuir para a eliminação desta situação de pecado-violência institucionalizada. Em comunidade, devem celebrar os passos de suas conquistas e nutrir sua esperança. É como dizia um lavrador paraibano no encontro de Itaici: "Quando o latifúndio nos aperreia e os jagunços ameaçam nossas famílias porque nós resistimos, sempre rezamos e nos iluminamos pela Bíblia, que é a palavra de Deus".

O Seu método de ação foi herdado da antiga Ação Católica: o Ver, o Julgar e o Agir.

No "Ver", a comunidade apreende os elementos característicos da realidade em que vive. As mais avançadas utilizam técnicas

* Boff, Leonardo: Comunidades Eclesiais de base: Povo oprimido que se organiza para a libertação - Revista Eclesiástica Brasileira, junho de 1983.

cas de ciências sociais, inclusive categorias de análise marxistas. No "Julgar", posiciona-se com respeito aos dados da realidade, tendo por ponto de referência o Evangelho. No "Agir", estabelece o tipo de ação a ser encetada pela comunidade, com base nos elementos anteriores. Procura-se fazer com que a prática da comunidade seja consetânea com a prática de Jesus Cristo, em situações idênticas, na Palestina empobrecida e ocupada pelos romanos.

Identificam-se três momentos na prática das CEBs, que se apresentam na medida em que a comunidade evolui e aprofunda suas reivindicações e seu relacionamento com o meio.

O primeiro momento situa-se na esfera exclusivamente religiosa: o povo toma contato com a bíblia, reza, faz novenas, canta, celebra a eucaristia e inicia uma ação com características acentuadamente moralistas. O importante é que se faz tudo isto reunido, em pequenos grupos.

Num segundo momento, começa a tomar consciência dos problemas que o cercam mais proximamente, no bairro ou no campo: a água que não chega, o esgoto que polui, a falta de escola, transporte, o custo de vida, etc. E, organizadamente, luta pelas suas reivindicações.

No terceiro momento, reconhece a razão fundamental dos problemas que afetam sua vida e determinam sua situação de pobreza. Iniciam, a partir daí, uma ação política conseqüente nos movimentos populares, sindicatos, partidos políticos, etc. Neste caso, a CEB representa uma instância ou espaço profético, onde os militantes cristãos celebram sua caminhada e fazem autocrítica, orientados pelo referencial evangélico.

É impossível determinar com precisão a quantidade de CEBs existentes no país. Fala-se em cerca de 80.000 comunidades. Certamente são dezenas de milhares de grupos, cada um deles com dez até quarenta participantes. As CEBs não são sempre perseverantes. Muitas delas desaparecem, como a parábola da semente que não cai no terreno fértil. Outras se reconstituem, e seguem sua caminhada.

Quanto a origem dos militantes, é correto dizer que são predominantemente pobres do meio rural e das periferias das cidades. Muito dificilmente as CEBs vicejam nas classes média e superior.

Em 1975 uma pesquisa do IBRADES identificou que 53.5% das comunidades eram provenientes da zona rural: 10.9% vinham dos meios "rurbanos", e 16.8% da zona urbana (os restantes 18.8% dos relatórios pesquisados, não puderam ser identificados quanto a origem).

Hoje em dia deve ter aumentado bastante a proporção das CEBs no meio urbano, tendo em vista o crescimento da ação pastoral nas periferias das grandes cidades.

Por seu turno, as comunidades romperam com a concepção estreita e negativa da política. Para eles, Política é a organização das bases. Antes, era só votar, acompanhar políticos em época de eleição. Hoje, a política é uma "ferramenta" para a luta em prol do bem da comunidade. Interessam-se pelas questões políticas, escolhem livremente candidatos, não vendem seu voto*.

Durante muito tempo, a Igreja no Brasil foi um dos únicos espaços tolerados para manifestação dos interesses das classes prejudicadas pela política implantada posteriormente a 1964.

As CEBs preenchem, assim, provisoriamente, um vazio que talvez pudesse caber mais propriamente a outros movimentos populares não confessionais. Daí uma certa confusão ou ambigüidade, para os menos iniciados, entre as suas funções espirituais-religiosas e as seculares.

É possível mesmo que algumas pessoas tenham se motivado pelas CEBs, menos por seu caráter religioso do que pela sua dimensão puramente promocional-humanística.

Com a abertura política, as CEBs vão tendo oportunidade de desempenhar sem receios seu exato papel, à medida que espaços são oferecidos às organizações populares.

A articulação com estas organizações processa-se semelhantemente à articulação com a política e partidos, descrita anteriormente, com o detalhe de que muitos movimentos e mesmo associações populares originaram-se de iniciativas das CEBs, ou nas quais as CEBs participaram, junto com outras estruturas sociais populares.

Desponta, aí, um grande acervo de organizações, como grupos de bairro, movimentos contra a carestia, associações de lavadeiras (no Acre, cerca de 400 lavadeiras foram mobilizadas para se constituírem em associação, com vistas a estabelecer uma tabela de preços para seus serviços), associações de amigos do bairro, roças, criações, feiras, açougues e armazéns comunitários, cooperativas de compra e venda, associações de professores, motoristas, plantadores de pêssegos, etc. Todas estas micro-iniciativas que vão surgindo, anônimas e incontáveis, pelo país afora. No dizer do teólogo Pe. J. B. Libânio, talvez estejam permitindo a sobrevivência de muitos que, noutras condições, já teriam sucumbido frente às adversidades do momento em que vivemos. Este seria verdadeiramente o grande milagre econômico brasileiro.

* Libânio, João Batista - "Igreja, Povo oprimido que se organiza para a Libertação". - Revista Eclesiástica Brasileira, junho de 1981.

Afora as manifestações já aludidas anteriormente, po de-se apontar outros exemplos de ações, a fim de ilustrar de forma concreta a sua atuação.

Em Goiás, as mulheres, a exemplo dos maridos, resolve ram reunir-se também em comunidades. A prioridade que escolheram para sua ação foi a Educação. Eram quase todas analfabetas. Que riam conhecer o que havia para além de suas cercas. As crianças estavam estudando e precisavam de ajuda, e elas queriam dialogar melhor com os maridos e ler a bíblia. Como resolver o problema? Cotizaram-se, recuperaram elas mesmas um antigo estábulo, arranja ram bancos, compraram quadro-negro e cadernos. Foram ao Prefeito, conseguiram cartilhas do MOBREAL. Uma delas, já alfabetizada, en sinou às outras. Assim, eliminou-se o analfabetismo entre elas, sem burocracia, verbas do Governo, prestação de contas, favo res, etc.

Em Porto Alegre, uma Comunidade estava sem água. Após dezenas de reuniões, muitas idas e vindas às autoridades, não havia solução. "Conseguiram" emprestadas umas ferramentas do DEMAIE e, na calada da noite, os homens cavando e as mulheres ilu minando, encontraram a adutora e fizeram uma ligação clandestina. Os funcionários do DEMAIE em vão tentaram encontrá-la. Até as cri anças foram instruídas a não responder. Ainda hoje a ligação per siste.

As CEBs tem utilizado a força de persuasão e da resis tência pacífica: abaixo-assinados, vigilância e pressões de assem bléias defronte Prefeituras e Câmaras de Vereadores, visitas in sistentes de grupos. Em certos momentos de gravidade, podem re correr a meios mais persuasivos. Por exemplo, um político contro lava a capela e manipulava os cultos. O povo das comunidades ar rombou a porta, trocou a fechadura e assumiu o controle do templo.

6. Reações à Revolução Religiosa

A irrupção do "Povo de Deus" nas Comunidades Eclesiais de Base tem suscitado compreensíveis reações e ressentimentos por parte das elites dominantes e mesmo alguns setores da Igreja Hie rárquica.

No âmbito de certos setores eclesiásticos, tem havido tentativas de confundir e dificultar o crescimento das CEBs.

Algumas destas reações partem de setores temerosos de um processo de descentralização eclesiástica ou mesmo da perda do monopólio do poder sacral por parte de certos setores do clero. Partem também daqueles eclesiásticos e leigos comprometidos com o "status quo" político-social dominante.

No âmbito do poder temporal e dos grupos dominantes, a reação tem sido muito maior e muitas vezes violentas. Em Goiás Ve lho, deu-se talvez o mais expressivo episódio desta revolução re ligiosa, quando uma Igreja tradicional, na cidade mais tradicio

nal de Goiás, berço das famílias mais tradicionais e importantes, foi "tomada de assalto" pelo povo, que hoje superlota suas celebrações e promoções. No bojo dessas confrontações, os latifundiários locais vem negando terra aos parceiros pertencentes às CEBs. Igualmente, professoras foram demitidas da rede oficial de ensino por serem, também, agentes de pastoral da Diocese.

Na Diocese de Marabá, pessoas identificadas como da Polícia têm amedrontado as comunidades, ameaçando de prisão e maus tratos aqueles que participarem das reuniões das CEBs, identificadas, como "comunistas".

Estes atritos com as CEBs, que atingem o cerne da ação eclesial, têm reforçado ainda mais o crescimento das mesmas e o compromisso das comunidades cristãs que identificam, neste fato uma bem-aventurança evangélica. A exemplo dos primeiros cristãos, uma graça que o Senhor concede àqueles mais diletos.

Concluindo, costuma-se afirmar que a perseverança das CEBs irá depender, entre outros fatores, da manutenção de seu caráter eclesial, no espaço que lhe é peculiar: o sagrado, enquanto inspiração e objetivo, mas consubstanciando-o numa prática solidária, profética, libertadora e organizada, em favor dos pobres e oprimidos de nossa sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ROCHA, Mateus; OP: "Projeto de Vida Radical" - Vozes;
- BOFF, Clodovis: "Comunidade Eclesial - Comunidade Política" - Vozes, 1978;
- BOFF, Leonardo: "O Caminhar da Igreja com os Oprimidos" - CODECRI, 1980;
- FRAGOSO, Dom Antonio Batista: "O Rosto de Uma Igreja" - Loyola, Vozes, 1982;
- GALEA, José: "Uma Igreja no Povo de Deus" - Vozes, 1983;
- BOFF, Clodovis: "Deus e o Homem no Inferno Verde" - Vozes, 1980;
- BARREIRO, Álvaro: "Comunidades Eclesiais de Base e Evangelização dos Pobres" - Loyola, 1977;
- BOFF, Leonardo: "Comunidades Eclesiais de Base: Povo Oprimido que se Organiza para a Libertação" - Revista Eclesiástica Brasileira (REB), junho/1981;
- LIBÂNIO, João Batista: "Povo Oprimido que se Organiza para a Libertação" - REB, junho/1981;
- FERNANDES, D. Luís Gonzaga: "Cênese, Dinâmica e Perspectiva das CEBs no Brasil" - REB, set/1982;
- CNBB: "Documento da CNBB sobre as Comunidades Eclesiais de Base" - SEDOC, abril/1983.

B. A EVOLUÇÃO RECENTE DOS MOVIMENTOS DE BAIRRO NO BRASIL*

Tem chamado a atenção nos últimos anos o crescimento, a difusão e as conquistas dos movimentos de bairro no Brasil. Trata-se de uma das muitas formas de expressão do mesmo fenômeno: a organização das classes populares em movimentos que reivindicam do Estado - em todos os níveis da Administração Públicas - acesso aos terrenos urbanos, a instalação de serviços públicos e de equipamentos de consumo coletivo.

Embora se trata de tendência presente na dinâmica social e política de todo o mundo capitalista, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, devido a suas particularidades sociais e políticas, os movimentos de bairro adquirem um significado especial.

Em primeiro lugar, destaca-se o fato de que, devido ao baixo nível de renda da maioria dos assalariados e, agora, devido à escalada do desemprego ocasionada pelo aprofundamento da recessão, uma parcela significativa da população urbana - os pobres - não consegue suprir, dentro de padrões dignos, suas necessidades básicas. É a esta situação de deterioração da capacidade de consumo a ponto de já ser visível em algumas estatísticas de natalidade e mortalidade que se somam os problemas relacionados com o chamado consumo coletivo. Há a transferência da população pobre para as periferias das grandes metrópoles, a uma longa distância dos locais de trabalho, provocada por uma política fundiária e habitacional omissa com relação à dinâmica perversa do mercado de terras urbanas. Há a precariedade e escassez dos transportes, levando a que a locomoção se transforme numa fonte de esgotamento físico e mental adicional para o trabalhador. Há a ausência, muitas vezes total, de infra-estrutura urbana mínima - luz, rede de água, esgotos, coleta de lixo, escola pública. Nestas condições, os movimentos de bairro de caráter reivindicativo e articulados pelas populações pobres são, antes de mais nada, uma das expressões de sua resistência organizada para a conquista de melhores condições de vida.

Mas há também alguns elementos especificamente políticos que parecem garantir um lugar de destaque para os movimentos de bairro no Brasil. No período de autoritarismo mais intenso, o fechamento dos canais "tradicionais" de participação - partidos e sindicatos - teve como resposta, de parte da população, o desenvolvimento de grupos defensivos (dos cidadãos frente ao Estado) baseados na solidariedade firmada sobre a confiança da amizade, do parentesco e da vizinhança. Muitos dos movimentos de bairro surgiram como expressão "para fora" de núcleos que tiveram origem neste tipo de articulação. Por outro lado, estes movimentos representam um dos poucos canais efetivos para reivindicações,

* Ruy Carvalho

para todos aqueles com relação aos quais os sindicatos pouco fazem ou podem fazer*. É o caso dos trabalhadores desempregados, dos trabalhadores por conta própria e daqueles dedicados a trabalhos domésticos ou familiares. É o caso também dos trabalhadores pertencentes a categorias cujos sindicatos, por diferentes motivos, têm uma tradição de não-defesa de seus interesses (caso que se verifica em boa parte das categorias de trabalhadores desqualificados, em particular os operários da construção civil).

A história dos movimentos de bairro no Brasil acompanha o próprio desenvolvimento do processo de urbanização e criação das grandes metrópoles.

O processo de industrialização, particularmente a partir do momento em que entra na fase intensiva de implantação da indústria de base e de bens duráveis, é acompanhado de uma altíssima taxa de urbanização. Isto leva a um aumento significativo da demanda por serviços de consumo coletivo. Os investimentos estatais, todavia, foram maciçamente destinados à consolidação da indústria de base e da infra-estrutura requerida pela expansão da indústria. Já se percebe então, em plena década de 50, um hiato bastante grande entre demanda e oferta de serviços públicos, particularmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

É nesse contexto que, em São Paulo, após a II Guerra, na conjuntura de "abertura" de então, as associações de moradores passaram a se articular para reivindicar melhorias urbanas. Muitas destas entidades já existiam anteriormente com sua razão de ser baseada em atividades comunitárias de auto-ajuda (creches comunitárias, promoção de festa, cursos, etc.). Adotaram o nome de Sociedade de Amigos do Bairro (SAB), inspiradas na Sociedade Amigos da Cidade, fundada em 1934.

As SABs tiveram um papel marcante nas décadas de 50 e 60, na obtenção de melhorias para suas comunidades. A partir da campanha de Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo, em 1953, tornaram-se um instrumento importante de clientelismo populista. Muitos núcleos de bairro, posteriormente transformados em SABs, surgiram desde então como resultado da atuação de políticos expandindo sua base eleitoral. Muitos dessas SABs tornaram-se mais uma extensão do governo nos bairros. A prática, neste esquema, consistia na barganha de votos, na arregimentação de cabos eleitorais em troca de melhorias para o bairro. Assim, atuando de modo desmobilizador, as lideranças das SABs foram se afastando das necessidades reais dos bairros e sofreram um grande esvaziamento no que toca à sua capacidade de aglutinação, processo que se agravou na conjuntura autoritária do início dos anos 70.

* Sobre este ponto são interessantes as idéias desenvolvidas por Tilmann Evers, Clarita Müller - Plantenberg e Stefanie Spessart em "Movimentos de Bairros e Estado: Lutas na Esfera da Reprodução na América Latina", em Moisés, José A. et al., Cidade, Povo e Poder, RJ, CEDEC - Paz e Terra, 1982.

De qualquer forma, representam um conjunto de entidades que, segundo dados disponíveis*, em 1970 somavam 800 na região da grande São Paulo, sendo 500 na Capital.

As SABs ainda hoje estão bastante imbricadas com os interesses de políticos populistas ou com as obras municipais. No entanto, são ainda reconhecidas como interlocutoras dos executivos e legislativos municipais e estaduais (elas também se criaram em cidades do interior de São Paulo).

Em contraste com esvaziamento das SABs, na década de 70, os problemas aumentaram. A população da grande São Paulo, por exemplo, cresceu de 8 133 730 (1970) habitantes para 12 578 050 habitantes (1980). Dois terços deste crescimento foi provocado pelo incremento nas migrações. Outras metrópoles seguiram o mesmo modelo de inchamento, sofrendo consequências semelhantes: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza.

O tipo de crescimento urbano que marcou este período apresenta características que vieram a agravar em muito as condições de habitabilidade na maior parte da cidade. Por exemplo, o funcionamento livre de uma dinâmica do mercado urbano de terras que implicou em um processo de retenção de volumosos estoques de terrenos para valorização e especulação. Isto contribuiu em muito para que o preço de terrenos e habitações se colocasse muito acima das possibilidades do grosso das populações nas faixas de renda inferiores a 5 salários mínimos. Por outro lado, a política habitacional excessivamente tímida, não acompanhada de uma efetiva política fundiária, traduziu-se numa oferta reduzida de conjuntos habitacionais construídos pelas COHABs. São casas cujos preços, de qualquer forma, estavam acima do poder aquisitivo da maior parte da população. Assim, para os pobres se colocaram três opções de moradia: os loteamentos de periferia, as favelas e os cortiços.

Os moradores dos loteamentos de periferia e de favelas são hoje, nas grandes cidades brasileiras, submetidos a uma série de problemas e carências relacionadas com as condições de moradia. Não surpreende então que tenha vindo majoritariamente desses bairros a retomada dos movimentos articulados em função de reivindicações por melhorias urbanas, a partir da segunda metade dos anos 70.

No caso dos loteamentos de periferia, o problema fundamental consiste na regularização da propriedade dos lotes. Em boa parte dos casos, os loteamentos são feitos em terras griladas ou não respeitando a legislação específica. O não reconhecimento pela Prefeitura implica também no não provimento das condições básicas de infra-estrutura urbana: água encanada, esgotos, luz, pavimentação, transportes, escola e saúde pública. Os

* Singer, Paul - "Movimentos de Bairro", em Singer, Paul e Brant, Vinicius C. "São Paulo: O Povo em Movimento", CEBRAP, São Paulo, 1980

movimentos iniciados em São Paulo, têm reivindicado inicialmente a regularização dos lotes (e são hoje aproximadamente 3 500 loteamentos clandestinos, representando mais de 50% do total da superfície do município*). A Prefeitura já iniciou, como resultado das pressões desses movimentos, um processo descentralizado, a nível das Administrações Regionais, de reconhecimento legal dos loteamentos. Uma pequena parcela já foi regularizada. Ao mesmo tempo, têm crescido as mobilizações, partindo dos mais diversos bairros, exigindo a instalação dos serviços públicos básicos.

Também as favelas representam um contingente populacional significativo das grandes cidades brasileiras que se têm articulado em torno de reivindicações por melhorias urbanas. Muitas dessas ações buscam a evitar o despejo. Também as reivindicações por água, luz e transportes são freqüentes. A nível de associações isoladas, alguns benefícios têm sido conquistados nos últimos anos. O movimento de favelados é mais forte no Rio de Janeiro, cidade que abriga hoje o seu maior número e onde as associações de moradores em favelas são bastante organizadas, mobilizadas e envolvidas, em alguns casos, em relações clientelistas com os órgãos públicos. Duas grandes Federações estruturam hoje as associações.

A retomada dos movimentos de bairro em todo o Brasil esteve, em meados da década passada, bastante sustentada pela atuação das Comunidades Eclesiais de Base. Um aspecto importante desta retomada foi o rompimento com o esquema clientelista. Na nova perspectiva, o provimento de infra-estrutura urbana pelo Estado é visto como direito, ou seja, como obrigação do Estado para com o cidadão. No momento da retomada, esses movimentos estiveram marcados, portanto, por uma postura bastante autonomista frente ao Poder Público e a políticos de quaisquer partidos. Por isto, de maneira geral, elas constituíram formas de organização próprias, independentes e diferentes das SABs.

Mas se as CEBs foram uma influência forte no início, é necessário também considerar que esses movimentos cresceram e frequentemente formalizaram sua existência na constituição de uma associação de bairro, ganhando uma dinâmica própria, determinada pelos interesses da população e pelo surgimento de novas lideranças.

Por outro lado, em alguns casos as próprias situações emergenciais (o despejo, a falta de água, o aumento da violência urbana, etc.) criaram as condições para a organização da população. Um movimento surgido numa emergência pode durar apenas

* Ver Jacobi, Pedro - "Exclusão Urbana e Lutas pelo Direito à Moradia", Revista Espaço e Debates nº 7, out-dez-82, São Paulo, Cortez.

unidade de interesses; isto levou à atomização do movimento. Na esteira da obtenção da regularização das propriedades e da instalação de serviços públicos, muitas lideranças foram cooptadas pelo esquema político do Prefeito que no momento preparava o lançamento de sua campanha ao governo do Estado.

(ii) Assembléia do povo (Campinas) com o objetivo de concessão do direito de posse aos favelados sobre os terrenos públicos onde estão assentadas as favelas.

A Assembléia do Povo, em Campinas, congrega 21 Associações de Moradores de Favelas, representando 54 núcleos onde habitam mais de 40 mil pessoas. O movimento teve uma atuação muito marcante nos anos de 80 e 81 quando conseguiu que a Prefeitura encaminhasse à Câmara Municipal um projeto de lei concedendo o direito efetivo de uso dos terrenos pelos moradores favelados. O projeto foi recusado pela Câmara.

(iii) movimento amigos de bairro (Nova Iguaçu/RJ) com o objetivo de melhorias urbanas.

O movimento teve início em 1976, contando com mais ou menos uma dezena de bairros. Participam do MAB hoje 90 associações com e sem registro jurídico. O crescimento levou à criação de uma Coordenação, composta por 13 membros. O MAB também tem apoiado reivindicações sindicais e até mesmo contribuído para organizar os fundos de greve em campanhas salariais dos metalúrgicos da região.

(iv) O Movimento do Custo de Vida com o objetivo de aumento do poder aquisitivo da população.

O movimento do custo de vida iniciou-se em São Paulo em 1975, passando por diversas fases. Em 1977, numa fase de crescimento, 700 delegados de comunidades elegem uma direção central e passam a estender o movimento para outras cidades (Campinas, Piracicaba, Belo Horizonte, Vitória, Salvador, etc.). Seu apogeu, enquanto atuação nacional, consistiu na articulação de um abaixo-assinado onde se exigia que o governo tomasse as seguintes providências: congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, concessão de um abono a todos os trabalhadores e aumento dos salários acima da elevação do custo de vida. Para este abaixo-assinado, posteriormente encaminhado ao Governo Federal (1978), foram colhidas 1 300 000 assinaturas. Este é o único caso de um movimento nascido nas organizações de bairro e que ganhou dimensão nacional demonstrando a importância desses movimentos para a expressão de reivindicações relacionadas com o consumo individual (salários e preços) por parte da população pobre*.

* Os dados sobre os movimentos até aqui citados foram recolhidos nos textos anteriormente citados e também em Jacobi, Pedro e Nunes, Edison - "Movimentos Populares Urbanos, Poder Local e Conquista da Democracia", em Moisés, J. Álvaro et al - Cidade, Povo e Poder, RJ, CEDEC - Pas e Terra, 1982

enquanto perdurar a causa inicial de sua existência. Mas também se tornar o embrião de uma organização permanente, que aglutine os moradores em função de outras lutas.

Em outras situações esses movimentos representaram uma extensão "para fora" da atuação de um grupo articulado inicialmente para atividades de auto-ajuda.

As formas de organização, as estruturas de participação e decisão e o grau de institucionalização desses movimentos são bastante diversificados para que já se possa tentar apreendê-los em modelos. São as condições específicas e a história de cada um os determinantes de suas estruturas de organização. Uma característica comum é o de procurarem aglutinar o maior número possível de interessados e de utilizarem a democratização das decisões internas ao movimento como instrumento de legitimação da atuação de suas lideranças. É por isso que, na maior parte dos casos, a assembléia geral representa a instância máxima de decisão na entidade ou no movimento.

A característica de serem entidades de massa é também a sua força. No limite, em suas negociações com os órgãos públicos, o instrumento de pressão mais efetivo e realmente vigoroso que esses movimentos dispõem é o de organizar manifestações de massas, que tenham visibilidade pública, em lugares e momentos não previstos para tal fim.

Os movimentos de bairro, nos últimos anos, representam um tipo de manifestação social e política que tem ocorrido em todas as grandes cidades brasileiras e em muitas das cidades de porte médio. Não há dados agregados disponíveis que permitam uma noção do volume desses movimentos por cidade. Podemos apenas destacar aqueles que, por representarem uma etapa superior de unificação de núcleos de diferentes bairros em função de reivindicações específicas, ganharam notoriedade:

(i) O movimento unificado dos moradores de loteamentos irregulares (São Paulo) com o objetivo de regularização das propriedades.

O movimento se inicia em 1976, em 4 bairros na região sul da cidade de São Paulo. Seu início foi promovido pelas CEBs desses bairros. Em fins de 1978 o movimento já contava com a adesão de aproximadamente 150 bairros da Zona Sul e passou a se estender para as zonas Leste e Oeste. O movimento teve seu apogeu em 1979, quando mais de 5 mil moradores de loteamentos clandestinos fizeram um comício na frente da Prefeitura, pedindo regularização imediata dos lotes. A partir daí a Prefeitura começou a atuar, descentralizando as decisões para as Administrações Regionais, nomeando colegiados e iniciando um processo de regularização, examinando caso a caso. Se isto levou à satisfação de algumas demandas, trouxe também problemas para o movimento: o exame caso a caso e seu consequente tratamento diferenciado atingiu a

(v) O movimento de saúde da zona leste (São Paulo)

Com o apoio da Igreja, através da Pastoral de Saúde da Arquidiocese de São Paulo, o movimento de saúde da Zona Leste se estruturou a partir da organização de Comissões de Saúde pelos moradores, em diversos bairros da região. O movimento tem início em 1976 e ao longo dos anos tem acumulado conquistas de dois tipos: 1) a instalação de postos e centros de saúde em locais anteriormente não atendidos e a melhora do atendimento em locais onde já estão instalados; 2) o reconhecimento do direito da população, devidamente organizada e representada, fiscalizar a atuação dos Centros de Saúde (Conselhos de Saúde). Em função dessas conquistas o movimento de saúde tem crescido até hoje e talvez se constitua no único movimento que, no momento, atua uniformemente, a partir de organização ramificada em diversos bairros. Daí seu relativo poder de barganha perante a Administração Pública.

Este relato estaria incompleto se não adicionasse comentários referentes aos limites dos atuais movimentos de bairros brasileiros.

Apesar de serem expressivos, no que diz respeito à sua difusão - afinal, estão presentes em inúmeros bairros pobres de quase todas as grandes e médias cidades do Brasil - os movimentos de bairro não conseguiram até hoje uma unificação que lhes permitisse realmente alterar a correlação de forças que se expressa nas atuais políticas públicas para as áreas social e urbana. Como os exemplos acima demonstram, as unificações ocorridas se deram quase sempre em função de reivindicações específicas e em determinadas cidades.

Considerando a centralização financeira e administrativa hoje prevalecente no Estado brasileiro, das administrações municipais para os governos estaduais e dos governos estaduais para o governo federal, é de se supor enquanto não se unificarem, esses movimentos sempre estarão no limite daquilo que os governos podem ceder sem alterar suas diretrizes básicas e a correspondente alocação de recursos.

A falta de unificação é um dos fatores que explicam a defasagem hoje existente entre a difusão e extensão dos movimentos de bairro e sua real força política.

C. Os MOVIMENTOS E CONSELHOS DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA DE SÃO PAULO*

Os movimentos populares de reivindicação por melhores condições de saúde surgem, em São Paulo, em meados da década de 70 e se expandem bastante neste início dos anos 80.

As denominações que recebem e as formas que assumem podem ser muito diversas. Mas a direção é sempre a mesma: dar força a um movimento popular que permita obter diante do Estado respostas às suas necessidades, principalmente quanto à assistência médico-sanitária. A trajetória também é semelhante. No início, a insatisfação com as condições do atendimento prestado, a reivindicação de instalação de um Centro de Saúde, um Pronto Socorro, mais médicos ou enfermeiras e, no decorrer do processo de organização, a politização do movimento na busca de um mais efetivo poder político. Surgem, então, as propostas de co-gestão e de conselhos populares para fiscalização das atividades dos Centros de Saúde.

Na origem desses movimentos está, quase sempre, a ação da Igreja através da Pastoral de Saúde da Arquidiocese de São Paulo. Desde 1976 esta realiza, na maior parte das 376 paróquias da Grande São Paulo, um trabalho junto à população carente, promovendo discussões, disseminando informações e convocando profissionais para orientar, esclarecer e, não raro, prestar atendimento à população. Nesse trabalho da Pastoral de Saúde a etapa inicial é a formação de núcleos para debates sobre os problemas de saúde identificados no bairro. Em seguida, esses grupos realizam levantamentos de necessidades e promovem discussões sobre as causas do precário atendimento à população carente. Essa discussão desemboca na identificação, pelo grupo, das autoridades e instituições responsáveis pela existência e solução dos problemas e, finalmente, na constituição de comissões para articulação da atuação, mobilização da população e encaminhamento das reivindicações.

Essa organização popular está, também, estreitamente associada com o renascer, nos meios técnicos, dos movimentos visando a formação de uma nova consciência sanitária que propõe a democratização da atenção à saúde, em oposição ao sistema de saúde vigente. Nesse mesmo período surgem - ou ressurgem - diversas organizações aglutinando profissionais de saúde, especialmente médicos sanitaristas que estimulam a análise crítica e a discussão da política de saúde, participando ativamente de encontros e debates.

"Os Sanitaristas passam a desempenhar um importante papel no desenrolar das campanhas reivindicatórias pela expansão

* Elizabeth Barros

da rede e pela melhoria no atendimento, tanto participando de reuniões com a população em seu processo de organização como esclarecendo dúvidas e colocando seu conhecimento a serviço dos militantes dos movimentos reivindicatórios, especialmente no sentido de apresentar as necessidades tecnicamente definidas à população*.

Outra força presente no processo de mobilização popular são os partidos políticos, seja pela ativa participação de seus militantes na promoção de discussões e na arregimentação de forças, seja pelo apoio prestado por deputados e vereadores às reivindicações, participando de Assembléias e integrando caravanas de moradores que se dirigem às autoridades para apresentar seus pleitos.

Também no âmbito do Estado verificam-se mudanças que concorrem para viabilizar a existência desses movimentos. A primeira delas é o início de um processo de liberalização, em substituição ao autoritarismo do Estado prevalecente até então. Na área da Saúde, elas decorrem ainda de um processo mais amplo de revisão que vem ocorrendo a nível internacional e que está refletido no relatório da Conferência Internacional de Alma Ata sobre Cuidados Primários em Saúde (1978). O fundamento dessa revisão é a impossibilidade de se estender à toda população o tipo de assistência médica cara e sofisticada que tem caracterizado os sistemas de saúde na maior parte das economias capitalistas modernas.

Dessa constatação e da reconhecida necessidade de ampliar os serviços de saúde de forma a oferecer um mínimo de cobertura à grande parte da população que se encontra à margem do sistema existente é que surgem os programas de expansão dos serviços básicos de saúde que, além da extensão de cobertura, propõem a utilização de recursos comunitários e a participação da população na programação e execução das ações de saúde. Esses mecanismos buscam viabilizar condições mínimas de atenção à saúde. No bojo desse movimento, voltam a ter importância os sistemas estaduais e locais de saúde, aos quais incumbe a prestação da atenção primária em saúde.

A conjugação desses fatores prepara o terreno para a expansão dos movimentos sociais voltados para a área de saúde e provoca entre eles um processo de realimentação. A má distribuição e a baixa qualidade dos serviços oferecidos aos estratos da população de menor renda gera as insatisfações que produzem reivindicações. A manifestação dessas demandas induz o Estado à realização de programas capazes de atender mais amplamente aos problemas de saúde da população, a custos menos elevados que os praticados pelo sistema de saúde pré-existente. A forma economicamente mais viável é a concentração em ações básicas de saúde,

* Movimentos por melhores Condições de Saúde: Zona Leste de São Paulo-JACOBI, Pedro e NUNES, Edson - mimeo - CEDEC - SP - 1981.

de caráter preventivo, o que atende em parte às recomendações dos profissionais de saúde pública. A obtenção de algumas "vitórias populares"* fortalece o movimento e estimula a sua expansão.

Uma equação quase perfeita, exceto pelo fato de que tem tido pouco impacto sobre o sistema de assistência médica do INAMPS que continua existindo paralelamente, com sua prática médica sofisticada e seus elevados custos (84% dos recursos aplicados na área de saúde pela União)**.

O controle da população não o atinge. A estrutura de poder nessas instituições, não sofre abalos por essa razão e a ação fiscalizadora dos movimentos populares acaba ocorrendo somente onde o terreno é propício: junto aos centros e postos de saúde onde a capacidade institucional de resistência é menor e onde estão presentes profissionais com formação de saúde pública, mais afinados com essas demandas***. Essa fiscalização está restrita à periferia do sistema e envolve principalmente, aspectos operacionais tais como horário de funcionamento, presença dos funcionários, disponibilidade de medicamentos etc.

A despeito do grande avanço que isso significa e da sensível melhoria do atendimento que pode propiciar, não atinge ainda questões fundamentais tais como a natureza e qualidade dos serviços colocados à disposição da população (aspectos de programação) e, principalmente, não influi sobre a alocação dos recursos públicos e a definição das prioridades intra e inter-setoriais.

Mas um controle mais efetivo é ação eminentemente política e pressupõe o fortalecimento das organizações coletivas a um grau (ainda não alcançado) que determine a rearticulação dos interesses e a consequente redefinição da estrutura de poder.

Enquanto isso não ocorrer, a reivindicação será o caminho possível para avanços. E as reivindicações tem sido feitas no marco das possibilidades de atendimento pelo sistema de saúde. "A população hoje está muito danada (...) ela sabe pedir e só pede o que vai conseguir" é o depoimento de um funcionário da Secretaria de Saúde de São Paulo****. Se, de um lado, isso revela preparo para a negociação, gera, de outro, uma preocupação. Embasadas no princípio de equidade e pleiteando o acesso aos mesmos tipos de serviços e de recursos sofisticados que são colocados

* Folha de São Paulo - 06.03.81 e 21.07.81.

** Dados relativos ao exercício de 1982.

*** Movimentos por melhores condições de saúde: Zona Leste de São Paulo - JACOBI, Pedro e NUNES, Edson - mimeo - CEDEC - SP.

**** Idem

à disposição de alguns estratos privilegiados da população, essas reivindicações poderiam estar cumprindo, contraditoriamente, o papel de legitimar (e portanto, reforçar) o complexo sistema de saúde vigente, duramente criticado pelas próprias comissões de saúde.

É útil exemplificar esses movimentos por via do exemplo da experiência da Zona Leste de São Paulo. A partir de 1976, começaram a ser percebidos os contornos de um movimento específico, que concentra sua ação na luta por mais e melhores condições de funcionamento da rede de serviços de saúde. Inicialmente, são reuniões de pessoas para discutir os problemas de saúde do bairro:

"No começo, a gente também não tinha dado esse nome, de Comissão de Saúde, para as nossas reuniões. Mas quando a gente estava lutando pela inauguração do centro do bairro, surgiu a idéia do nome. A gente sempre discutiu a importância de ter um nome. Se você não coloca nome, bem claro, não chega lá, carimbão e diz: "é nosso", vai sempre aparecer um pai da criança. Com um nome, as vitórias do trabalho, as conquistas da gente, passam a ser reconhecidas como sendo do movimento. A gente passa a ter uma história. Então, quem conseguiu o centro de Saúde? Não foi o seu fulano de tal, mas foi a Comissão de Saúde".*

Os moradores do Jardim Nordeste, que inclui oito bairros da Zona Leste de São Paulo, estão entre os primeiros a desenvolver essa forma de organização. Trata-se de uma região de trabalhadores, com cerca de 50 mil habitantes, sem água, esgoto ou calçamento e que não dispunha, até 1976, de nenhum centro de saúde.

Esta foi a primeira conquista do movimento: a instalação do centro de saúde, previsto na programação da Secretaria de Saúde e que não era mais que um projeto engavetado.

Como seria demorada a construção do prédio onde deveria funcionar o centro, a população pressionou e conseguiu que a Secretaria alugasse uma pequena casa e que assim fossem imediatamente iniciados os atendimentos. Quando o centro de saúde foi entregue, a Comissão começou a se movimentar para pleitear a fiscalização de seu funcionamento, com base em dispositivo da legislação estadual que lhe facultava esse direito.

* Depoimento de uma integrante da Comissão de Saúde do Jardim Nordeste - Zona Leste de São Paulo, in Cadernos do Trabalhador nº 3 - Movimentos de Bairro - URPLAN - PUC - SP.

Nessa mesma época começam a se articular movimentos para criação de comissões em outras áreas do município de São Paulo. O movimento de Saúde de São Mateus, também na Zona Leste, surge no final de 1978, e sua ação se orienta pelos resultados de pesquisa realizada na região, na qual foram entrevistadas 3 000 famílias e que permitiu identificar e hierarquizar os problemas de saúde existentes.

O primeiro passo do movimento é a organização de Comissões de Saúde cujo trabalho é "(...) fazer reuniões no bairro, nas casas dos moradores, para conhecer os problemas de saúde e levantar as reivindicações que serão encaminhadas às autoridades. É através destas reuniões periódicas, das assembléias e caravanas que as Comissões de Saúde procuram incentivar a participação de todos os interessados na luta pela melhoria das suas condições de saúde*".

Através desse trabalho das Comissões foi possível mobilizar cerca de mil pessoas, em maio de 1979, para a 1ª. Assembléia do Movimento de Saúde, do qual participaram o então Secretário de Saúde do Estado, Adib Jatene e o Secretário de Higiene da Prefeitura. Esse encontro foi promovido e organizado pelos Grupos da Pastoral da Saúde das CEBs do Setor Leste II. Nessa ocasião foram apresentadas as reivindicações: melhorias nos Centros de Saúde existentes e construção de novos Centros de Saúde, construção de um hospital público e de um Ambulatório do INAMPS, e o reconhecimento pelo Estado de um Conselho de Saúde para fiscalizar os Centros de Saúde.

O compromisso assumido pelo Secretário de Saúde de atender parte das solicitações - através da elaboração, pela Secretaria, do Projeto São Mateus - foi um grande estímulo ao trabalho das Comissões. Novas Comissões surgiram nos bairros que ainda não haviam aderido, mais pessoas se dispuseram a participar dos trabalhos de organização e mobilização para a permanente tarefa de fiscalizar e cobrar da Secretaria de Saúde o cumprimento das promessas, inclusive a de reconhecimento dos Conselhos de Saúde.

O primeiro Conselho de Saúde surge em maio de 1979, para representar seis vilas do Jardim Nordeste, e é formado por 12 mulheres, eleitas por mais de 8 mil votos para fiscalizar o funcionamento do Centro de Saúde recém-conquistado pela população.

"O Conselho do Centro de Saúde é formado por poucas pessoas que são eleitas pelos moradores para se reunirem dentro do Centro de Saúde uma vez por mês, com os funcionários da Secretaria. O trabalho do Conselho

* Documento-Síntese dos resultados do I Encontro dos Movimentos e Conselhos de Saúde da Zona Leste - 18 e 19.03.1983 - SP

é estar sempre atento, verificar se as pessoas que usam o Centro de Saúde estão sendo bem atendidas, se está faltando medicamentos, médicos, se o atendimento está suficiente, etc. Assim vamos nos informar, ver a documentação e participar das decisões sobre o funcionamento do Centro de Saúde. Os Conselheiros eleitos não são empregados da Secretaria de Saúde e sim fiscais do povo frente à Secretaria"*.

Em 1981 são constituídos, através do voto direto e secreto de 92 mil pessoas, os 22 Conselhos de Saúde da Região de São Mateus, que concentra cerca de 350 mil habitantes. Dessas eleições puderam participar todos os moradores, maiores de 15 anos, alfabetizados ou não, da área de atuação da unidade sanitária, conforme relatou no II Congresso Paulista de Saúde Pública a representante do Movimento de Saúde da Zona Leste.

Essa forma de escolha dos representantes foi incorporada ao Regimento Interno dos Conselhos de Centros de Saúde, aprovado pelas Comissões de Saúde e encaminhado ao Governo do Estado para oficialização**.

Por essa proposta de Regimento, os Conselhos, terão reuniões ordinárias mensais, abertas à participação de todos os moradores e funcionários, sendo reservado o direito de voto apenas aos Conselheiros. Essas reuniões serão obrigatoriamente assistidas pelo médico responsável pela direção do Centro de Saúde, e por representantes da equipe técnica e dos demais funcionários.

A experiência da Zona Leste talvez não encontre similar em São Paulo, em amplitude e capacidade de fazer repercutir suas ações. Mas não há dúvida de que constitui um seguro referencial das possibilidades de ação dos movimentos populares não apenas com relação a serviços de saúde. Algumas experiências têm sido bem sucedidas em outras áreas, como o Movimento de Creches, e cogita-se agora da criação de Conselhos de usuários de transportes coletivos em São Paulo. Em Osasco, na área metropolitana de São Paulo, já existe um Conselho Popular, reunindo diversas organizações comunitárias, sindicais e culturais que atua junto à Prefeitura encaminhando reivindicações, controlando orçamento e participando da definição de prioridades da administração local.

* Documento-Síntese do I Encontro dos Movimentos e Conselhos de Saúde da Zona Leste - Março - 1983.

** Proposta de Regimento Interno dos Conselhos dos Centros de Saúde - 09.06.83

D. A COMISSÃO DE FÁBRICA: A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA RECENTE*

As comissões de fábrica assumem um papel significativo a partir do período 1945 - 1947, momento de inúmeras manifestações dos trabalhadores em torno de reivindicações imediatas, principalmente centradas no aumento salarial. Esses embriões de organização de base sustentaram diversos conflitos de trabalho, tais como as greves ocorridas durante esta fase, principalmente no Estado de São Paulo**

A formação desses organismos resultava da iniciativa de grupos partidários, de sindicatos ou de maneira espontânea. Ainda que tivessem vida efêmera em muitos casos (negociar pequenas reivindicações junto ao patronato), permitiram a formação de lideranças atuantes nos movimentos reivindicatórios***

Num certo sentido, essas organizações geradas no local de trabalho garantiram manifestações mais amplas do setor operário, contribuindo para seu avanço num primeiro momento e sua sobrevivência nos anos posteriores.

Na década de 50, os grupos de trabalhadores continuavam a se reunir dentro das empresas, discutindo e encaminhando suas reivindicações por melhores condições de vida e trabalho. A greve de 1953 foi o evento unificador dessas atividades parciais, envolvendo as categorias dos têxteis, metalúrgicos, marceneiros, vidreiros e gráficos. As comissões de base de cada fábrica prepararam o movimento, apresentando suas reivindicações às comissões de salários dos sindicatos, os quais foram pressionados para convocar assembléias, onde surgiu uma comissão intersindical para comandar o movimento. Nesse sentido, o resultado vitorioso (32% de aumento salarial) está diretamente vinculado à atuação dos organismos de base junto aos trabalhadores das fábricas.

Nos três primeiros anos da década de 60, inúmeros movimentos grevistas eclodiram no país. Em sua maioria, foram greves por empresa, parciais e relativamente breves, reivindicando melhoria nas condições de trabalho (higiene, falta de segurança, insalubridade, atraso de pagamento, etc). Essas reivindicações eram negociadas diretamente pelo sindicato que, naquele momento, ocupava toda a cena trabalhista. Apesar de reconhecer a importância dos organismos de base para sustentar e fazer avançar a

* Nair Bicalho

** ANTUNES, Ricardo, "O que são Comissões de Fábrica", SP, Brasiliense, 1981.

***MARANHÃO, Ricardo, "Sindicatos e Democratização", SP, Brasiliense, 1979.

luta dos trabalhadores, o movimento sindical do período não dispunha de uma política direcionada para a organização nos locais de trabalho.

Um exemplo significativo deste período é a Comissão de fábrica da COBRASMA em Osasco, município da área metropolitana da cidade de São Paulo. A comissão que surgiu a partir de manifestações internas à fábrica em torno de problemas específicos, conseguiu negociar com a diretoria da empresa a sua legalização, a eleição de seus membros pelos próprios trabalhadores e também a imunidade dos eleitos. Posteriormente, a comissão direcionou-se para uma atuação dentro do sindicato, vencendo as eleições e apresentando um programa inusitado dentro do quadro do movimento sindical da época: luta contra o arrocho salarial, liberdade sindical, contrato coletivo de trabalho e proliferação das comissões de fábrica.

Desde 1973 os trabalhadores vem desenvolvendo mais intensamente o encaminhamento de reivindicações e protestos dentro das fábricas. Reunidos em pequenos grupos, muitas vezes apoiados pela Pastoral Operária ou Oposição Sindical (metalúrgicos de São Paulo, por exemplo) outras vezes por iniciativa espontânea, os operários vêm experimentando uma participação direta na correção ou mudança dos problemas que os afligem. O excesso de horas extras, a insalubridade, a higiene do banheiro, a qualidade e o preço da refeição, os acidentes de trabalho, tem sido motivo para a discussão e encaminhamento coletivo junto à direção da empresa, a partir da iniciativa de alguns operários mais experientes.*

Além disso, algumas práticas tem demonstrado o descontentamento presente nas fábricas: as brigas com os chefes imediatos, a sabotagem (quebra de máquinas, peças com defeito, roubo de peças), a operação tartaruga (diminuição do ritmo de trabalho contra o atraso de pagamento, exigência de hora-extra) e greves (totais ou parciais)**.

Estudiosos do movimento operário brasileiro*** tem interpretado estas manifestações como uma nova tendência no sentido de organizar os trabalhadores a partir da vivência de problemas concretos no interior das empresas. São esses núcleos de trabalhadores que de certa forma sustentaram as greves de 1978 dentro das fábricas, dando origem às comissões de fábrica encarregadas de negociar as reivindicações do movimento. Reconhecidas durante a fase de negociações como interlocutor legítimo, principalmente nas áreas onde o sindicato se encontrava distanciado de suas bases, são posteriormente esvaziadas e desestruturadas a

* Grupo de fábrica: Forjando o aço, forjando a luta, Cadernos do Trabalhador nº 2, (SP: Edição ABCD/URPLAN-PUC, 1980).

** FREDERICO, Celso, A Vanguarda Operária, (SP: Edições Símbolo), 1979).

*** MARONI, Amnêris, A Estratégia da Recusa, SP, Brasiliense, 1982 e MOISÉS, José A., Lições de Liberdade e Opressão (RJ: Paz e Terra, 1982).

partir das demissões efetuadas pela empresa, com alvo principal nos operários mais atuantes. Ou então, a estabilidade provisória alcançada durante o movimento é ignorada pouco depois. Não ainda iniciativas patronais (PHILLIPS e VOLKSWAGEN) no sentido de propor comissões sob o controle das empresas, buscando controlar o espaço político dos trabalhadores dentro da fábrica.

Algumas experiências de comissões de fábrica durante a greve de 1978 em São Paulo merecem atenção. Um grupo de trabalhadores da TOSHIBA reuniu-se na igreja e no bairro, discutindo os problemas internos da fábrica. Questionavam os baixos salários e decidiram realizar um movimento na fábrica reivindicando 21% de aumento. Elegeram representantes por seção, entraram em greve (total) e formaram uma Comissão de 18 pessoas para negociar com a direção da empresa. Não aceitaram a mediação do sindicato por considerá-lo favorável aos patrões. Obtiveram 16% de aumento, porém todos os membros da Comissão foram demitidos.

Na MASSEY-FERGUSON, os operários tinham vivenciado uma mobilização em 1972/1973 para manter o fornecimento de transporte (ônibus) da empresa para os trabalhadores. A empresa não cedeu, acabou esvaziando o movimento e demitindo os trabalhadores que abriram processo contra a fábrica. Desde 1974 existia um grupo pequeno que se reunia para discutir os problemas internos (cafezinho, banheiro, etc.). No bojo das greves do ABC, Guarulhos e Osasco em 1978, os operários da MASSEY-FERGUSON também se mobilizaram, discutindo os movimentos grevistas e trocando experiências com trabalhadores que tinham feito greves vitoriosas. Depois de uma série de reuniões, paralizaram a fábrica e formaram uma Comissão com representantes de seções para negociar com a direção da empresa. Não aceitaram a sugestão de chamar o sindicato, por desconfiança da atitude da diretoria.

Apresentaram como reivindicações 21% de aumento salarial, melhoria do atendimento do setor médico, demissão da enfermeira, fim do desconto dos vales de refeições sem uso, melhor alienação e instalação de equipamentos de segurança em algumas seções. Os diretores da empresa recusaram-se a negociar e propuseram a formação de outra comissão. Os trabalhadores exigiram junto à Delegacia Regional do Trabalho a aceitação da estabilidade dos membros da nova comissão (2 anos). O sindicato foi chamado pela empresa. Apesar dos apelos conciliatórios do dirigente sindical, os trabalhadores ficaram firmes com as reivindicações apresentadas, e ao final de nove dias de greve, obtiveram aumento escalonado de salários, melhoria na área de saúde e da refeição, aumento devido ao mérito para 20% da fábrica, menor representação e estabilidade de dois anos para os membros da comissão. Todavia, a pressão patronal (controle individual e corrupção dos membros da comissão), as discussões burocráticas e a demissão de operários combativos dificultaram a continuidade do trabalho*.

* Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, "Comissão de Fábrica - uma forma de organização operária", Petrópolis, Vozes, 1981.

Dessa forma, ainda que efêmera neste momento das greves, o embrião da proposta sobreviveu e deu origem a algumas experiências que obtiveram certo grau de institucionalização. Temos como exemplo, as Comissões de Fábrica da FORD em São Bernardo do Campo e Ipiranga (São Paulo), da PIRELLI (Santo André) e da KODAMA (Santo André). Essas comissões dispõem de estatutos próprios com o objetivo de regulamentar o encaminhamento dos problemas vividos pelos trabalhadores através de uma representação eleita por voto secreto e direto, coordenada por um diretor do sindicato. Os estatutos estabelecem ainda um local para reunião de seus membros, tempo de trabalho dedicado à comissão remunerado, participação em reuniões com diferentes instâncias da administração da empresa para tratar das reclamações feitas pelos operários e estabilidade para os membros da Comissão.

Dentro das condições estabelecidas nesses estatutos, parece possível uma atuação mais estável e efetiva dos eleitos junto aos trabalhadores das fábricas, assim como o início de um processo de articulação entre o sindicato e as comissões de fábrica que poderá resultar na unificação das reivindicações parciais de cada empresa.

Não resta dúvida que a experiência das comissões de fábrica, aglutinando um conjunto de trabalhadores da mesma empresa ou área industrial em torno de reivindicações específicas originadas no local de trabalho é uma indicação clara de um novo rumo que se apresenta ao sindicalismo brasileiro.

Apesar do temor de certos dirigentes quanto a um possível "paralelismo sindical" e do desinteresse de outros, os trabalhadores brasileiros tem demonstrado certo grau de unidade e participação em organismos de base, especialmente nas comissões de fábrica.

A incorporação dessas experiências ao movimento sindical fica também dificultada por certa impermeabilidade da estrutura sindical para conviver com organismos vivos e dinâmicos, pouco afeitos à rigidez do funcionamento sindical. Desta forma, não fica muito claro se, apesar dos limites, as comissões de fábrica terão condições de sobreviver e proliferar como canais legítimos e representativos da classe trabalhadora brasileira.

E. PRIMEIROS COMENTÁRIOS SOBRE ORGANIZAÇÕES DE DESEMPREGADOS*

Começam a aparecer no Brasil grupos de trabalhadores de desempregados que, além de atuarem conjuntamente, veiculam reivindicações específicas de seu grupo. Embora pareça natural que pessoas com características e problemas semelhantes se reúnam para discutirem e formularem suas reivindicações ou exigências, a organização de trabalhadores desempregados parece ser um caso bastante raro, não sendo fácil encontrar qualquer referência histórica de casos semelhantes em países capitalistas.

É certo que a carência de postos de trabalho tem constituído numa preocupação muito frequente entre os trabalhadores de todas as épocas bem como entre governantes, resultando em ações e medidas de naturezas diversas, mas perseguindo sempre a meta de compatibilizar a oferta e a demanda de força de trabalho.

A legislação oficial de variados países e épocas, oferece soluções variadas para o desempregado. Em alguns casos lhe são oferecidos empregos com remuneração aviltada. Em outros, se tem instituído seguros ou fundos de desemprego, como a Inglaterra desde a década dos 20, atendendo a reivindicações, não dos desempregados mas sim, dos trabalhadores organizados em sindicatos e uniões trabalhistas.

As classes trabalhadoras têm se preocupado com o desemprego há muito tempo. Mas são os trabalhadores empregados e em períodos de pleno emprego, que têm liderado as lutas por mais postos de trabalho, estabilidade no emprego e proteção ao trabalhador desempregado.

Ficaram célebres as jornadas ludistas no século XIX, quando trabalhadores ingleses destruíram as máquinas, supostamente responsáveis pelo desemprego crescente que ameaçava a todos os trabalhadores. Nos Estados Unidos, durante a crise de 1929-33, embora a luta sindical tenha crescido muito de intensidade, inclusive pleiteando o próprio direito de organizar-se e de paralisar suas atividades, não temos conhecimento que tenham existido organizações de desempregados. Note-se que foi muito grande o desemprego que atingiu a classe trabalhadora, nesses anos de crise.

Pode-se afirmar que pleno emprego no Brasil só existiu enquanto vigiu a escravidão. Com efeito, deixar um escravo sem trabalho ou apenas parcialmente ocupado, representava para o seu proprietário um prejuízo com o qual ele não estava disposto a arcar.

* Leandro Amaral Lopes.

Mesmo assim, no início do século XIX, já se nota a presença de desocupados nos centros urbanos, sobretudo nordestinos (Salvador, Recife...), bem como a existência de numerosos trabalhadores semi-ocupados em atividades com baixíssima produtividade no complexo agro-pecuário do agreste nordestino.

Essa situação não foi resolvida, de lá para cá. É evidente que entre um ponto e outro, o país passou por períodos de grande absorção de mão-de-obra. No entanto, ha algumas indicações de que em termos de agregados a oferta de empregos sempre esteve aquém das disponibilidades da força de trabalho.

Nos últimos anos, a massa de desempregados tem sido a crescida por um novo caudal que, mais importante que fazê-la crescer introduz uma mudança qualitativa de significado nada trivial.

Com efeito, esses novos desempregados, além de serem moradores da cidade, já tiveram alguma experiência de trabalho fabril e de militância sindical, sendo portanto um grupo "enturmado" e com ligações sociais, políticas, trabalhistas e familiares, com os empregados, além de experiência em atividades nos sindicatos.

Os quebra-quebras e saques bem como os assaltos e roubos de alimentos perpetrados por trabalhadores insatisfeitos não são ocorrências novas no Brasil. Assim é que, há não mais que dois anos atrás, trabalhadores em protesto contra aumentos nas passagens dos ônibus urbanos, quebraram centenas deles em Salvador; outros em São Luiz manifestaram sua insatisfação quebrando todos os anúncios luminosos; isso sem falar nos numerosos saques de armazéns, por retirantes nordestinos.

O que chama a atenção como novidade nas manifestações mais recentes de desempregados em centros urbanos e, particularmente em São Paulo, é que os desempregados têm se apresentado como grupo organizado permanentemente, com reivindicações específicas e com estratégias para sobreviver, se não a longo prazo, pelo menos alguns meses.

O trabalhador quando é despedido, além de perder o convívio com seus companheiros da fábrica, ou outro local de trabalho, deixa também de frequentar o sindicato de sua categoria, já que por lei, com três meses de desemprego seu nome é cancelado do sindicato.

Daí, só resta ao desempregado organizar-se tendo por base o seu local de moradia. Em geral, é o que tem ccorrido.

Em que pese o interesse do assunto, a informação disponível é fragmentária. De fato, não há muito mais do que notícias ocasionais na imprensa e entrevistas com membros de algum desses grupos.

O exemplo mais antigo desse tipo de organização é a dos trabalhadores desempregados de Cubatão que chegaram a reivindicar a suspensão do pagamento de mensalidades para a aquisição de casas e organizar grupos técnicos especializados na religação de água e luz, no caso desses serviços serem cortados por falta de pagamento. Neste caso, a reunião e organização dos desempregados é facilitada pelo fato de grande número deles, ex-trabalhadores das indústrias petroquímicas dos arredores, morarem próximos uns dos outros.

Caso semelhante é o dos ex-empregados da Belgo-Mineira, com sede em Monlevade-MG, pequena cidade onde cerca de 80% dos seus moradores vivem em função daquela empresa.

Em ambos os casos, os sindicatos das categorias respectivas têm desempenhado papel importante como apoio à ação dos desempregados.

Bem diverso apresenta-se o fenômeno no município de São Paulo, onde a população e portanto os empregados e desempregados são uma massa heterogênea, trabalhando e morando em zonas dispersas e sendo particularmente atingidas pela incorporação crescente de pessoas, migrantes ou não, em busca de emprego.

Aqui, o único exemplo conhecido de organização de desempregados verifica-se nos bairros da zona leste, como o Parque Santa Madalena, onde por iniciativa da Comunidade Eclesial de Base põe-se em prática um projeto no qual cada cinco famílias de empregados "adota" duas de desempregados.

Essa iniciativa isenta o Governo desta responsabilidade sobrecarregando os trabalhadores com mais esse encargo. Por outro lado, ao criar e desenvolver a trama de solidariedade que a prática da "adoção" estimula, está criando as condições básicas para o surgimento de um forte movimento de massas.

Em contraste com essas tentativas de organização está a parte mais visível do movimento de desempregados, vale dizer, os quebra-quebras e saques de lojas e armazéns. Isso parece ter sido ocorrência isolada, fruto da insuflação dos ânimos de uma massa de desempregados reunida por convocação pública e sem esperança quanto à solução de seus problemas. Mas note-se que apesar de isolada, nada impede que venha a ocorrer com frequência se as tendências do desemprego e da atividade econômica não se revert_{er}em.

III. Denominadores Comuns?

Pelos cânones usuais, é considerado de mau gosto, se não, inapropriado compartilhar com os leitores a "história da pesquisa". Essa seria uma "copa e cozinha", aborrocida e sem valor substantivo.

Contudo, há no caso razões para abrir excessão. A monografia presente é uma coletânea de ensaios por nove autores. Vislumbrada a idéia de encomendar ensaios sobre novas estruturas e novas formas associativas, o organizador preparou um memorando descrevendo a proposta e mencionando alguns exemplos. Circulado no CNRH, gerou considerável interesse, atraindo os nove futuros autores, apesar do escasso prazo.

Na verdade, poucos autores tomaram os temas propostos, preferindo sugerir novas idéias. Desta forma a composição final dos capítulos não reflete um plano pré-ordenado mas um conjunto de escolhas individuais.

Por essa razão, ganha fôlego a hipótese de que os denominadores comuns que puderem ser encontrados não resultam simplesmente de uma escolha deliberada dos casos.

E parece haver um denominador comum. O Brasil é um país em transição com novas estruturas sociais sendo criadas e uma considerável variedade de formas associativas. O que chama atenção na comparação entre os diferentes ensaios é o aparecimento e o aumento de formas participativas ao chamado nível dos "grossroots", bem como o desenvolvimento de novos grupos sociais com ativa propensão à participação política.

Não se tratam de grandes movimentos ideológicos, cruzadas religiosas, mas do varejo da participação que alimenta o amadurecimento político. É algo que faltava ou estava latente na nossa sociedade. Isto é importante por sabermos que em meio às espetaculares transformações do país, o paternalismo centralizador só pode fenecer quando a descentralização encontrar ao nível local os mecanismos de controle e regulação necessários. Não nos esqueçamos que a centralização foi uma resposta canhestra a uma insensibilidade completa ao nível local com relação a inúmeras questões econômicas e sociais. Não se trata de voltar à descentralização da República Velha.

Os ensaios ilustram o aprendizado da ação coletiva, a prática da associação e a sua aplicação a problemas da vida cotidiana. São problemas grandes e pequenos, irritantes ou dramáticos. Mas não são problemas inventados por terceiras pessoas. Tratam-se de ligação de água, limpeza de banheiro de fábrica, regularização de terra e assim por diante. São problemas frequentemente solucionáveis e é auspicioso vê-los muitas vezes solucionados.

Os novos atores sociais tendem a ser organizados e capazes de se articular para defender seus interesses. Ciontistas transformados em industriais, operários de entressafra com experiência sindical e pequenos agricultores capitalizados não são submissos ou politicamente ausentes.

Em outras palavras, é evidente o aumento na participação política em nosso país. E trata-se de ativismo local, voltado para a solução de problemas concretos, vividos pessoalmente pelos participantes. Não são grandes massas lutando por idéias sistematizadas ou por grandes e fugidios objetivos, mas sim gente comum tentando vencer pequenas batalhas mas cujo somatório pode ser extraordinariamente mais importante do que a retórica e os lances dramáticos da política nacional. Parece que é assim que se constroi Democracia. Todavia, parece que estamos apenas começando. O caminho é árduo, nem tudo dá certo, nem tudo pode ser feito ao mesmo tempo e nem tudo é sem riscos.

SUMÁRIO

I. Novos Grupos Sociais

- A - O Pequeno Produtor Capitalista
- B - Operários da Entressafra: Ruralurbanos?
- C - Tecnologia Microeletrônica e Modificações Ocupacionais na Manufatura: Alguns Fatos e Tendências
- D - O Professor-Empresário de Alta Tecnologia

II. As Novas Formas Associativas

- A - As Comunidades Eclesiais de Base, no Brasil
- B - A Evolução Recente dos Movimentos de Bairro do Brasil
- C - Os Movimentos e Conselhos de Saúde: a experiência de São Paulo
- D - A Comissão de Fábrica: a experiência brasileira recente
- E - Primeiros Comentários sobre Organizações de Desempregados

III. Denominadores Comuns?

4
11
12
13
14

15
16
17
18

1
2
3
4
5

6
7
8
9
10